

Boletim **GREVE**

Nº 01
Outubro de
2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 11 de Outubro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

CLG da ADUFPB realiza mobilizações e fortalece o movimento

Desde sua instalação, no último dia 28 de setembro (data de deflagração da greve dos docentes), o Comando Local de Greve da ADUFPB vem realizando uma série de ações junto a parlamentares, co-

munidade acadêmica, servidores e docentes de outras instituições, além da sociedade em geral. Isso tem fortalecido o movimento docente e garantido resultados positivos. Todos os eventos têm con-

tato com a participação gratificante dos professores da UFPB.

O calendário de atividades realizadas até hoje, 11 de outubro de 2005, ficou assim:

Dia 29/09 (5ª feira) - Ato Público do Ponto de Cem Réis.

● Professores da UFPB e CEFET, além de funcionários da UFPB, realizaram Ato Público no coração da Cidade onde distribuíram panfletos, discursaram sobre a grave situação da educação no Brasil e na Paraíba e foram embalados por um popular trio de forró.

Dia 04/10 (3ª feira) – Sessão especial na AL.

● Proposta pelo deputado Rodrigo Soares, a sessão especial contou com a presença de parlamentares estaduais e municipais, docentes, funcionários da UFPB, representantes sindicais, estudantes do Movimento dos Sem-Terra, da UNE e do DCE/UFPB. Os parlamentares, por intermédio do presidente da AL, Rômulo Gouveia, se comprometeram a assinar uma Nota de Apoio ao movimento docente e interceder, junto a correligionários em Brasília, pelo estabelecimento das negociações entre o Andes - Sindicato Nacional e o Ministério da Educação.

Dia 05/10 (4ª feira) - CLG visita os Centros da UFPB.

● Durante toda a manhã os professores integrantes do CLG/ADUFPB percorreram os corredores dos Centros da UFPB fortalecendo a mobilização junto à comunidade acadêmica e distribuindo o Comunicado nº 01 do CLG.

Dia 06/10 (5ª feira) - Distribuição de panfletos

● Cerca de dois mil panfletos foram distribuídos nos semáforos próximos à UFPB pelos integrantes do CLG/ADUFPB. Além disso, os docentes realizaram uma caminhada/visita ao CCHLA, CA e CCEN para distribuir o comunicado do CLG.

Dia 07/10 (6ª feira) – Feijoada no Centro de Vivência

● Prestigiada por professores da UFPB e CEFET-PB, além de funcionários da UFPB e estudantes, a feijoada promovida pelo CLG/ADUFPB encerrou a semana em grande estilo, com a realização de o "Brechó do 0.01%" e ao som do grupo de forró "Os 3 do Norte".

Dia 10/10 (2ª feira) - Debate sobre Reforma Universitária

● Contando com a participação do reitor da UFPB, Rômulo Polari, além dos professores Jaldes Reis de Meneses (CLG/ADUFPB), Joabson Nogueira (CEFET-PB), Severino Oliveira (CLG/ADUFPB) e Otávio Mendonça (diretor do Centro de Educação), o debate sobre Reforma Universitária lotou o auditório do CE, onde mais de 60 pessoas estiveram presentes, para colocar em pauta um dos assuntos mais sérios para a educação pública e de qualidade nas universidades dos últimos tempos.

O que vem por aí

Depois de várias ações de mobilização - e da Assembléia Geral da categoria, realizada hoje (11/10) -, o Comando Local de Greve da ADUFPB segue uma agenda de atividades ainda para esta semana. Confira:

Dia 13/10 (quinta-feira) Reunião com coordenadores de pós-graduação da UFPB

● O encontro, realizado na sede da ADUFPB, às 15h, tem como objetivo apresentar aos professores coordenadores as conquistas adquiridas pelo movimento até aqui e convidá-los a somar, ainda mais, nas ações de mobilização do CLG/ADUFPB.

Dia 13/10 (quinta-feira) Café Filosófico no Parahyba Café

● Muita música e dança na noite da próxima quinta-feira, às 19h, no Parahyba Café, com a realização do Café Filosófico da ADUFPB. O encontro, que terá participação da professora Rosa Godoy, trará como temática "Os Intelectuais e a conjuntura Política".

Dia 15/10 (sábado) Dia do Professor no Busto de Tamandaré

● No Dia do Professor, os docentes da UFPB estarão nas ruas, mais precisamente no Busto de Tamandaré, Praia de Tambaú onde, a partir das 9h, realizarão uma mostra de alguns serviços oferecidos à comunidade pela UFPB. Em tendas montadas para o evento, serão apresentados à população serviços como avaliação nutricional, avaliação física, atividades de primeiros socorros, ginástica, entre outros. Haverá ainda um trio de forró e a distribuição de panfletos.

PROFESSOR, DEFENDA A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

FORÇA DA GREVE OBRIGA MEC A RECEBER CNG

O quadro conjuntural do momento evidencia que o Governo mantém a política do arrocho em relação aos trabalhadores, com benefícios evidentes para o grande capital.

A crise econômica política é enfrentada pelo Governo com os artificios da corrupção. A recomposição da sua base de apoio se faz com os mesmos mecanismos que há meses têm sido noticiados. Nesse sentido, a crise tende a permanecer e, ao contrário de se chegar a uma solução, as contradições se aprofundam e fragilizam ainda mais o Governo Lula.

Na semana de 3 a 9/10/05, o Governo teve a sua imagem afetada por um conjunto de problemas que o desgastaram mais ainda. A reação pública à condução autoritária do seu projeto de transposição do Rio São Francisco e às cenas deploráveis de violência no Plenário da Câmara dos Deputados, envolvendo parlamentares da base governista e da oposição, soma-se ao cenário de degradação política do Governo Lula. As greves da educação federal situam-se no cenário de grande mobilização. A greve dos bancários, dos funcionários do Banco Central e as fortes manifestações dos movimentos sociais explicitam ainda mais o grau de ruptura entre o Governo e os trabalhadores.

Apesar de tudo isso, o movimento grevista, formado pela coesão dos docentes de 32 IFES, está sendo capaz de atuar concretamente na temporalidade da crise política que abala os pilares da república, ao fazer prevalecer seus princípios na defesa de seus direitos e da universidade pública.

Destacam-se o reconhecimento e o recebimento do CNG pelo MEC, na reunião do dia 7/10/05, como vitórias da firmeza e da unidade do movimento grevista manifestadas nas deliberações das Assembleias Gerais (AG). Assim, não só caracterizou-se a estratégia do Governo, como se produziu uma inflexão efetiva no posicionamento do MEC. Conforme relatado (Comunicado Especial do CNG Nº 7) o Secretário Adjunto do MEC, Ronaldo Teixeira, concluiu a reunião mostrando abertura para alternativas, quanto ao uso dos recursos disponibilizados pelo Governo até o momento. A percepção do CNG é de que se abriu a possibilidade de avançar na perspectiva dos princípios da pauta de reivindicações da greve. Isso se dará na medida da pressão que o movimento grevista for capaz de continuar exercendo e do acerto nos encaminhamentos que forem construídos.

São também avanços: o crescimento da greve, com a adesão de novas seções sindicais; a uniformidade das deliberações das AG que reafirmaram a democracia do movimento e posicionaram-se firmemente contra a proposta do Governo; a reafirmação da pauta de reivindicações e de seus princípios; e a sustentação do CNG como único interlocutor legítimo; a maior visibilidade da greve na mídia nacional; o posicionamento e apoio da ANDIFES e de parlamentares,

inclusive da própria base governista, em reconhecer o CNG como legítimo representante do movimento grevista, em qualquer processo de negociação. Cabe destacar que o empenho dos parlamentares tem-se evidenciado por um conjunto de ações que vão desde os pronunciamentos no Congresso Nacional, intermediação no âmbito do executivo até visitas de apoio ao CNG.

É importante ressaltar que o CNG executou uma estratégia acertada ao apresentar, na reunião do dia 07/10/05, a Carta 315/05, já protocolada (vide Comunicado Especial CNG n° 7) e exigir uma resposta por escrito, forçando, assim, o MEC a assumir compromisso e obrigação em respondê-la de forma clara e objetiva. Desse modo, ainda que o MEC queira fazer identificar-se como negociador, conseguiu-se colocar sobre ele essa responsabilidade que poderá ser-lhe cobrada, dificultando o recurso à velha estratégia das tergiversações.

Encontram-se em greve todos os setores da educação federal (ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE) que vêm enfrentando dificuldade de negociação, por parte do Governo. A reunião com o CNG/ANDES-SN superou uma intransigência do MEC, uma vez que este vinha se recusando a receber qualquer comando de greve. Romper com a postura divisionista do MEC ainda é uma tarefa a ser enfrentada, pois não é aceitável que ele apresente a mesma proposta para o ANDES-SN e para o SINASEFE, que têm pauta comum de reivindicações e negar-se a uma reunião conjunta com estas entidades.

O Governo tenta impor uma negociação que exclui setores da base do ANDES-SN. O agrupamento convidado pelo MEC tem um papel colaboracionista neste sentido, pois, ainda que se sustente financeiramente, inclusive com contribuição de professores da carreira do 1° e 2° graus e com professores não titulados da carreira do 3° grau, apóia a lógica excludente do MEC, reiterando a proposta de ganhos apenas para os titulados da carreira do 3° grau. A unidade com o SINASEFE, no processo de negociação, é um elemento importante para os avanços que se pretende.

Há necessidade de que o movimento continue apontando, com muita clareza e firmeza, para que o CNG/ANDES-SN exija, nas negociações com o Governo, que não seja excluído qualquer setor de sua base.

Deve-se, igualmente, ter claros os novos desafios que se colocam à frente deste movimento grevista a partir de agora. O que se abriu nesse momento foi a possibilidade de se interferir na lógica de negociação do Governo. A situação exige muita atenção, firmeza, serenidade e coesão do movimento, uma vez que as negociações poderão ser duras, por causa das divergências de racionalidade entre a pauta de reivindicações das IFES e a proposta do governo. A vitória é possível, e isso só depende da nossa movimentação. Tem-se que

avaliar e indicar, com precisão, quais os melhores caminhos para explorar essa possibilidade

No cenário que está posto o primeiro caminho certamente é o do contínuo fortalecimento da greve, com a unidade de ação do movimento. Os passos seguintes se referem ao processo da negociação em si: a viabilização de um acordo que contemple 2005, a luta pela ampliação dos recursos e o estudo das possibilidades de sua melhor aplicação. Novos avanços vão depender do resultado da reunião técnica no dia 11/10/05 (vide Comunicado Especial CNG n° 7), da resposta do MEC à Carta 315/05, também prevista para esse dia. Depois desse processo, o CNG poderá indicar para a apreciação das AGs critérios e prioridades que preservem a lógica conceitual contida na pauta de reivindicações, dentro de uma estratégia capaz de levar à vitória deste movimento grevista. Nessa perspectiva, indica-se a necessidade de rodadas das AGs, no período de 13 a 17/10, pois nova reunião para negociação já está agendada com o MEC para o dia 19/10 (vide Comunicado Especial CNG n° 7).

A manutenção da força e da lucidez com que se conduziu o CNG/ANDES-SN, em consonância com os Comandos Locais de Greve, bem como, novas adesões à greve permitirão garantir avanços e possibilitar a vitória.

APOIO PARLAMENTAR

No dia 07 de outubro de 2005, por volta das dezoito horas, a Deputada Federal Fátima Bezerra (PT-RN) visitou o Comando Nacional de Greve-ANDES-SN, em Brasília. A parlamentar destacou sua posição de apoio à luta dos servidores públicos federais. Reafirmou, ainda, sua disposição de prosseguir, na Câmara Federal, com todo o seu empenho, no intuito de garantir a viabilidade das negociações e a consecução dos objetivos dos docentes, traduzidos em suas pautas de reivindicação. Para tanto, declarou sua insistência na superação de alguns entraves no âmbito do próprio governo, a exemplo das divergências entre o Ministério da Fazenda e os demais. Por fim, enfatizou seu compromisso de abraçar as justas reivindicações dos diversos setores da classe trabalhadora, notadamente as dos segmentos do Serviço Público.

ENCAMINHAMENTO

O CNG, reunido em 09/10, indica aos CLGs que no dia 19/10, data que esse comando estará reunido com o MEC para negociação, sejam realizadas amplas manifestações locais. Nosso objetivo é demonstrar a unidade e a firmeza do movimento grevista e fazer com que o MEC atenda a pauta de reivindicações dos docentes das IFES.

Agora é de firmeza e de unidade. Negociação com o CNG/ANDES-SN já. Greve Nacional Forte!

PROPOSTA DO GOVERNO

Oficializada no último dia 30 de setembro, sob Ofício Circular nº 541/2005, a proposta do Ministério da Educação aos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior quanto à recomposição salarial da categoria é baseada em cinco pontos. São eles:

1. Quanto à incorporação da GAE e da GED, o MEC propõe que elas sejam tratadas em um processo de reestruturação da carreira docente. Para isso, o Ministério da Educação propõe a criação de um grupo de trabalho "para elaboração e apresentação de proposta de reestruturação da carreira do magistério superior";

2. O MEC propôs ainda um aumento de 50% dos atuais percentuais de titulação, a partir de janeiro de 2006;

3. Criação de uma classe de "professor associado" com o percentual de 10% entre as classes adjunto IV e titular;

4. O MEC propõe ainda o estabelecimento de um cronograma de reuniões para o fechamento das propostas.

5. Enfim, o Ministério faz questão de enfatizar que a implantação das propostas apresentadas trarão impacto financeiro inicial de R\$395 milhões.

Pauta de Reivindicações dos Docentes

Definida um dia antes da proposta oficializada do MEC, no último 29 de agosto, a pauta de reivindicações dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi dividida em três eixos - Política Salarial, Política de Pessoal e Carreira dos Docentes. Vamos a eles, ponto a ponto:

POLÍTICA SALARIAL

■ 18% de reajuste emergencial, como antecipação das perdas salariais de 1995 até 2005;

■ Calendário de Recomposição das perdas salariais dos Servidores das IFES, a partir da inflação acumulada desde 1995 que, segundo o DIEESE, já ultrapassa os 155%;

■ Data-Base para 1º de maio;

■ Reposição anual do índice da in-

flação calculado pelo ICV/DIEESE;

■ Paridade entre Ativos e Aposentados; - Retomada dos anuênios.

POLÍTICA DE PESSOAL

■ Concurso Público para Novos Docentes e Técnicos-Administrativos em Educação para reposição de todas as vagas nas das IFES;

■ Equiparação da remuneração dos Professores Substitutos com a dos Professores Efetivos, garantindo, inclusive, os mesmos direitos trabalhistas.

CARREIRA DOS DOCENTES

■ Incorporação da GEAD (Gratificação Específica da Atividade Docente) e da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), pelo maior valor da titulação, após uma equiparação de valores por

titulação entre as duas gratificações, com paridade;

■ Incorporação da GAE ao vencimento básico dos Docentes, assim como já foi efetuado no caso dos Técnicos-Administrativos em Educação;

■ Abertura imediata da discussão de uma Nova Carreira para os Docentes, com o estabelecimento de um calendário em que o MEC, ANDES e SINA-SEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) discutam e definam um novo projeto de carreira para este segmento;

■ Restabelecimento da Titularidade ou implementação já das Classes Especial e de Professores associado, respectivamente para a carreira de 1º e 2º graus e para a carreira do ensino superior, incluindo os aposentados, desde 1998.

CNG se reúne com o MEC para discutir proposta do governo federal

Em audiência do Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional (CNG/Andes) com o Ministério da Educação, realizada na última sexta-feira (dia 7), a presidente Marina Barbosa Pinto fez amplo relato sobre as avaliações da proposta do governo realizadas pelas assembleias gerais das SSINDS, que trabalharam tendo, como base, princípios que norteiam a proposta de pauta de reivindicações já apresentada ao MEC, isto é, paridade e isonomia.

Esclareceu que a proposta apresentada pelo governo federal no último dia 3 foi rejeitada por todas as assembleias realizadas porque os professores não consideram a lógica conceitual, contida na proposta do Governo, adequada. Lembrou, a esse respeito, que, por mais de uma vez, autoridades do MEC já haviam externado posições favoráveis, em relação à paridade e à isonomia. Agora, o MEC apresenta uma proposta cujo conteúdo contradiz tudo o que anteriormente fora afirmado. Lembrou que essa proposta foi apresentada, sem que um relatório final do GT-MEC tivesse sido concluído. Além disso, o Governo não apresenta essa proposta para 2005. A presidente do Andes ressaltou que, da parte da categoria, há necessidade de que o Governo atente para o seguinte:

1 - preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioridades sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;

2 - a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extensão da GED;

3 - a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;

4 - firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente.

Foi reafirmada a disposição, como é a trajetória do Sindicato, de estabelecer processo de negociação que possa viabilizar as condições para atendimento dos pleitos dos docentes, assegurando passos e prazos que materializem a solução para o desfecho da situação aguda que ora vivenciamos.

Depois de algumas falas, o secretário

adjunto Ronaldo Teixeira, do MEC apresentou a seguinte indagação: "em que aspectos a nossa proposta não dialoga com a categoria?" Reafirmou que não há qualquer oportunidade de reajuste para 2005. Tudo que for acertado é para janeiro de 2006. Considerou o valor de 395 milhões como um patamar inicial para fazer a disputa dentro do governo, mas existem respostas que podem ser construídas. Isto será através da discussão de carreira. A questão da mudança de rota do GT, transformando-o em GT-Carreira, visa ao atendimento aos docentes. Em relação à GED, disse que é matéria de debate que pode ser aprofundado. Quanto à paridade, disse que há limitações, porém, há disposição para resolver o impasse que está posto. O compromisso é com a negociação, desta mesa. Enfatizou, de novo, a necessidade de que seja explicitado o nível de rejeição à proposta apresentada.

Para responder à solicitação do secretário adjunto, a presidente do Andes afirmou que a rejeição foi à totalidade da proposta do MEC, justificada pela lógica da mesma e pelo fato de ter acoplado, à criação da classe de associado o aumento da titulação. O Govern-

Continua na página 4

no apresentou tudo em bloco, não discriminando os custos de cada item da sua proposta. Aproveitou para solicitar esses cálculos por escrito. O secretário adjunto, de pronto, concordou em fazê-lo. Marina, então, enfatizou a necessidade de se estabelecer uma lógica conceitual sobre paridade e isonomia, o que implica na perspectiva de valorização do trabalho dos professores. Afirmou, ainda, que podemos discutir a carreira, mas não podemos fazê-lo, sem que se estabeleçam soluções para as distorções existentes que en-

volvem as carreiras dos professores de 1º e 2º graus e do ensino superior, bem como entre os professores da ativa e aposentados. O ANDES tem clareza de que é preciso estabelecer o compromisso de negociação de forma conjunta. Sobre os recursos, Marina enfatizou a necessidade de que sejam ampliados. "Queremos ter clareza de que é possível apresentar alternativas para a sua alocação. Estamos brigando junto aos parlamentares para conseguir mais recursos", concluiu.

O secretário adjunto Ronaldo Tei-

xeira, tomando a palavra, fez os seguintes encaminhamentos: "vamos fazer as contas; é necessário interagir; temos que dialogar com números; o percentual do adicional de titulação pode ser mais ou menos; a questão do associado fica, se quiserem; na GED, podemos avançar". Propôs uma reunião técnica que ficou definida para hoje, dia 11 de outubro, às 10 horas, no MEC e uma outra reunião, de caráter político, na quarta-feira 19 de outubro. Marina solicitou que a resposta do Governo fosse apresentada por escrito, até a reunião de hoje.

CARTA PROTOCOLADA POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM O SECRETÁRIO ADJUNTO DO MEC

Carta nº 315/05

Brasília, 7 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
Brasília - DF

Senhor Ministro:

O Comando Nacional de Greve/ANDES-SN, instância dirigente e representativa dos docentes das IFES em greve (já totaliza 32 instituições), em face da proposta do Ministério apresentada em Ofício Circular nº 541/2005/MSN/SEAD/MEC,

INFORMA:

A proposta formulada pelo MEC foi rejeitada por unanimidade nas assembléias gerais realizadas desde o dia 3/10, data em que o ANDES-SN a recebeu e divulgou para o Movimento Docente.

Essas assembléias reafirmaram a pauta protocolada no Ministério pelo ANDES-SN, a qual se distancia da proposta apresentada pelo MEC, que:

- 1 - não assegura nenhum reajuste para o ano de 2005;
- 2 - apresenta montante insuficiente para o atendimento das reivindicações;
- 3 - transfere a resolução das gratificações para um possível grupo de trabalho;
- 4 - não assegura isonomia e paridade, ampliando as distorções.

REIVINDICAMOS DO MINISTÉRIO:

- 1 - preliminarmente a pactuação de uma lógica conceitual e prioridades sobre as quais se aplicará o montante de recursos a ser disponibilizado;
- 2 - a explicitação do Ministério de sua posição expressa ao longo de 2005 no GT-MEC, além de reiteradas manifestações públicas de autoridades do Ministério, em defesa da paridade e extinção da GED;
- 3 - a necessidade de apresentar projeções e detalhamento da repercussão financeira dos itens da pauta de reivindicações dos docentes das IFES;
- 4 - firmar disposição política para negociar alternativas que viabilizem a recuperação e reestruturação salarial, proporcionando assim a valorização do trabalho docente.

Reafirmamos nossa disposição, como é a trajetória deste sindicato, de estabelecermos um processo de negociação que possa viabilizar as condições para atendimento dos pleitos dos docentes, assegurando passos e prazos que materializem a solução para o desfecho da situação aguda que ora vivenciamos.

Respeitosamente,

Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente

**A HORA É DE FIRMEZA E DE UNIDADE.
NEGOCIAÇÃO COM O CNG, JÁ!**

Boletim **GREVE**

Nº 02
Outubro de
2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 18 de Outubro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

MEC responde ao ANDES e apresenta proposta

Senhores Dirigentes,

1. Em atenção às ponderações e as reivindicações contidas na Carta nº. 315, de 07 de outubro de 2005, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, e considerando a reunião dos ministros que compõem a Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNPN, do dia 11/10/2005, apresentamos a seguir o posicionamento do Ministério da Educação:

a) O Ministério da Educação trouxe como centro de sua proposta, apresentada na reunião do dia 30 de setembro, a melhoria salarial aliada ao investimento na qualidade orgânica e sistêmica das Instituições Federais de Ensino. Tanto a criação da Classe de Professor Associado quanto a alteração dos atuais percentuais de titulação vêm como medida de qualidade, na busca pela profissionalização, dando maior prospecção na Carreira de Magistério de 3º Grau e incentivando aos profissionais desta carreira buscarem seu melhor desempenho e qualificação. Neste mesmo passo, poderemos obter resultados como a retenção dos melhores quadros com o aumento do número de classes, tornando a carreira mais atrativa para novos profissionais com retribuições sobre a sua qualificação.

b) A proposta de criação da Classe de "Professor Associado" busca minimizar o represamento de Professores Doutores que por alterações da legislação não mais puderam ascender à categoria de Professor Titular, permanecendo por mais de 10 anos na Classe Adjunto Nível 4 sem perspectiva de melhoria e de reconhecimento;

c) A alteração dos percentuais de Titulação busca incentivar e reconhecer os profissionais que melhor se qualificam.

d) O Governo, sensível aos seguimentos da própria categoria que não seriam contemplados com as propostas acima elencadas, ficando portanto abaixo do limite de reposição da inflação do governo Lula, e diante das observações apresentadas pelas entidades nas reuniões que ocorreram nos dias 7 e 11 de outubro, o MEC, contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores que intercedeu sobre a temática, conseguiu, junto a área econômica do Governo, aumentar o valor

disponível para as negociações salariais com os docentes de 3º grau de R\$ 395 milhões para R\$500 milhões.

e) Desta forma passamos a trabalhar com a ampliação da proposta anteriormente apresentada nos seguintes termos:

- Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

- Criação da Classe de Professor Associado com três níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1 e o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2.

- Alteração da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

- Alteração nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (15%), aperfeiçoamento (10%), e mestrado (5%) afim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.

- Ampliação da pontuação da GED para os inativos passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

2. Entendemos que com a melhoria do montante orçamentário disponível a proposta torna-se mais consistente e atrativa à categoria. Solicitamos que as entidades avaliem as propostas apresentadas para que na reunião do dia 19/10 possamos finalizar a proposta a por término ao movimento de greve que tanto tem causado prejuízos à população brasileira.

3. Reafirmando o nosso compromisso com o processo negocial em curso, despedimo-nos.

Atenciosamente,
INAJARA INÊS FERRÊIRA
Secretário-Executivo Adjunto
Substituta

SYLVIO PÉTRUS JÚNIOR
Subsecretário de Assuntos
Administrativos

As reivindicações das IFES

Definida no último dia 29 de agosto, a pauta de reivindicações dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi dividida em três eixos: Política Salarial, Política de Pessoal e Carreira dos Docentes. Resumidamente, são esses os principais pontos reivindicados:

1. Política Salarial

- 18% de reajuste emergencial, como antecipação das perdas salariais de 1995 até 2005;

- Data-Base para 1º de maio;

- Paridade entre Ativos e Aposentados;

2. Política de Pessoal

- Concurso Público para Novos Docentes e Técnicos-Administrativos em Educação para reposição de todas as vagas nas das IFES;

3. Carreira dos Docentes

- Incorporação da GEAD (Gratificação Específica da Atividade Docente) e da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), pelo maior valor da titulação, após uma equiparação de valores por titulação entre as duas gratificações, com paridade;

- Incorporação da GAE ao vencimento básico dos Docentes, assim como já foi efetuado no caso dos Técnicos-Administrativos em Educação;

- Restabelecimento da Titularidade ou implementação das Classes Especial e de Professores associado, respectivamente para a carreira de 1º e 2º graus e para a carreira do ensino superior, incluindo os aposentados, desde 1998.

PROFESSOR, DEFENDA A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Avaliação e indicações do CNG para as assembleias

Impactos da pauta de reivindicações da greve

1. Introdução

O eixo central da atual greve dos docentes das IFES é a valorização do trabalho docente. Desse modo, a pauta de reivindicações foi democraticamente construída com base nos princípios da paridade entre professores da ativa, aposentados e pensionistas; isonomia salarial entre os professores das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus hoje existentes e extinção de critérios produtivistas para definição da remuneração dos docentes.

As distorções produzidas na remuneração dos professores por ações de governo, ao longo dos anos, impõem, no momento de busca de negociações, o discernimento entre duas lógicas: a nossa é a da redução das distorções existentes; e a do governo é a da manutenção destas e seus aprofundamentos.

É importante ressaltar que a proposta do governo contrapõe professores titulados e não titulados, ativos e aposentados, professores do ensino superior e do ensino básico, com o objetivo de fragmentar a força política da categoria docente e facilitar o processo de desmonte da universidade pública. Tanto, que amplia recursos para promover o aumento das distorções salariais da categoria. Vale lembrar que a lógica da valorização da titulação já está contemplada na carreira e na GED/GEAD. Ao mesmo tempo em que o governo faz o discurso da valorização do trabalho docente, desvaloriza a categoria anunciando aumento de 0,1% no vencimento básico.

Em que pesem especificidades que possam existir na atuação profissional no mundo acadêmico, a natureza do trabalho é a mesma para mais de noventa mil docentes que atuam na rede federal de educação. Em outras palavras, a diversidade, que é intrínseca ao mundo acadêmico, poderá manter tal mundo rico e vivo somente se a valorização do trabalho for igual para todos.

A valorização diferenciada do trabalho na universidade, é uma imposição do pensamento autoritário que comanda a sociedade, para incentivar sentimentos de diferenciação em relação aos pares, o que é, essencialmente, a melhor condição individual para a submissão à exploração, com elevado grau de destruição da auto-estima dos indivíduos. Estes são levados a competir e a serem supostamente valorizados por suas, também supostas, competitividades.

Independente das quantias que pretende introduzir no orçamento para a remuneração dos professores, o governo tenta, a exemplo do ocorrido em 1998 e em 2004, impor a divisão entre os diversos segmentos da categoria pelos escassos recursos que ele disponibiliza.

A proposta do governo, em sua primeira versão, foi rejeitada por todas as Assembleias de greve. A nova versão, ao aprofundar, ainda mais, as distorções deve, na compreensão do CNG, ser rejeitada pelas assembleias. Ela não atende a maioria dos pontos de nossa pauta. A disposição do CNG é a de continuar insistindo em que as negociações se dêem, preservando os princípios que sustentam a nossa pauta.

2. Cálculos

Apresentamos abaixo quadros com os impactos dos itens da nossa pauta, na ordem da priorização proposta pelo CNG (ver comunicado 21), com as seguintes observações:

- Os impactos foram calculados de acordo com a metodologia do governo, como segue:
 - inclui a contribuição previdenciária patronal (mesmo sabendo que não é cumprida pelo governo);
 - sem a dedução dos aumentos na contribuição previdenciária e no imposto de renda dos docentes.
- Para efeito de cálculos do impacto foram incluídos todos os docentes das carreiras de 1º e 2º graus e do magistério superior, ativos, aposentados e pensionistas, da base do ANDES-SN e SINASEFE.
- Trabalhou-se também com a hipótese de equiparação de GED/GEAD mantendo as gratificações sem incorporação.
- Não foram calculados os impactos referentes à retomada dos anuênios, por envolverem cálculos individualizados.
- Os quadros 1, 2 e 3 trazem por ordem de priorização dos itens de nossa pauta os impactos totais.
- O quadro 4, traz os impactos na ordem proposta pelo CNG considerando as duas carreiras e os vínculos (ativos, aposentados e pensionistas) combinados com os itens da pauta, considerando as incorporações da GAE e da GED/GEAD.
- O quadro 5, traz os impactos na ordem proposta pelo CNG considerando as duas carreiras e os vínculos (ativos, aposentados e pensionistas) combinados com os itens da pauta, sem considerando as incorporações da GAE e da GED/GEAD.

Equipara GED e GEAD pelos maiores valores	222,6
Incorporação só da GAE	499,1
Incorporação da GAE, GED e GEAD	1.250,2

No vencimento básico	618,0
Reajuste de 18% no VB, equipara GED e GEAD, sem incorporações	840,6
Reajuste de 18% no VB + incorporação da GAE e da GED/GEAD	1.973,4

Criação das classes de associado e especial inclui progressão para aposentados e pensionistas.	171,90
Reajuste de 18% no VB, equiparação GED e GEAD, criação classe especial e classe de professor associado com stepes de 18% e 10% respectivamente, incluindo progressão para aposentados e pensionistas.	2.215,20
Reajuste de 18% no VB, equiparação GED e GEAD, criação classe especial e classe de professor associado com stepes de 18% e 10% respectivamente, incluindo progressão para aposentados e pensionistas.	1.046,50

ENCAMINHAMENTOS URGENTES

- O CNG indica às sessões sindicais, que discutam e deliberem, até o final da tarde do dia 18/10 os seguintes pontos:
 - a lista de priorização da pauta, de acordo com os comunicados 21 e 23 do CNG;
 - proposta do MEC, apresentada em 14/10, reproduzida no comunicado 23 do CNG.
- As Seções Sindicais que não têm AG marcada para os dias 17 e/ou 18/10 deverão fazer esforço no sentido de convocá-la;
- O CNG solicita às sessões sindicais que enviem os resultados das deliberações até o dia 18/10, às 20 horas (Horário de Brasília) impreterivelmente, para que o CNG possa preparar a reunião com o MEC, que está agendada para o dia 19 /10.
- A dinâmica atual da nossa greve demanda uma maior agilidade nas discussões e deliberações. Assim, o CNG solicita que as sessões sindicais, mantenham-se em AGs permanentes e preparadas para convocações em caráter de urgência.

Boletim **GREVE**

Nº 03
Outubro de
2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 25 de Outubro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

Avaliação do CNG sobre proposta do MEC

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a um impasse propositalmente criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas; um reajuste para repor as perdas inflacionárias do último período; a criação das classes de professor associado e especial (como passo para a implantação de uma nova carreira); a abertura de mais vagas para concursos públicos de professores; e a incorporação das gratificações, que hoje representam até 80% do vencimento dos docentes.

Desde o início das negociações, o MEC/governo insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Mostrando grande flexibilidade, as assembleias gerais orientaram o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN a apresentar uma contra-proposta ao governo, o que foi feito, na última quarta-feira, dia 19/10. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus.

O MEC encaminhou o Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, após as 21 horas da última sexta-feira, com mais de 24 horas de atraso em relação ao compromisso assumido pelo Secretário Ronaldo Teixeira, na última audiência. Quanto ao conteúdo da proposta, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no texto que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. Tais itens, equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custariam, na mesma metodologia adotada pelo governo respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181, 2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus). Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS - não paga pelo governo - o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R\$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R\$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R\$ 473,1 milhões.

Conforme nos foi informado pelo SINAL - Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, que se solidariza com nossa greve, o movimento dos trabalhadores do BACEN encerraram com vitórias a sua greve e o custo final foi de R\$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição

patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembleias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembleias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar. Portanto, devem-se desconsiderar os percentuais divulgados no ofício do MEC, devido à generalidade dos mesmos.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contra-cheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembleias Gerais, daí porque o MEC está apostando no desgaste do movimento.

Diante de um sindicato autônomo, que respeita as decisões de base e que resiste à lógica de precarização do trabalho docente imposta pelo governo, o MEC estimulou a criação de um agrupamento de professores em uma "entidade de carimbo" que, ao aceitar a lógica estabelecida pelo governo, tenta passar uma falsa idéia de legitimidade à proposta do MEC, proposta essa que desagradou a maioria das universidades. Com isso, apresenta sua proposta de governo por meio de duas vozes: a do MEC e a de seus prepostos da entidade de carimbo. Tentam assim vender a ilusão de que dialogaram com "as partes" e chegaram a um meio termo. Um meio termo entre, de um lado, a proposta do governo e, de outro, duas propostas, a do governo "de novo", na voz da "entidade de carimbo", e a do CNG ANDES-SN.

Ao término da reunião do dia 19, a assessoria de comunicação do MEC divulgou uma nota com a seguinte manchete "MEC aposta no fim da greve dos professores universitários". Nada mais incoerente. A greve que já atinge 37 IFES e continua a crescer é dirigida pelo Comando Nacional de Greve, orientado pelas Assembleias Gerais dos docentes, em cada Seção Sindical do ANDES-SN. Para pôr fim à greve, não há outro caminho senão negociar de fato com quem representa os docentes das IFES. O desrespeito às propostas das Assembleias Gerais fortalecerá a greve. A atitude de não reconhecer a representatividade de fato exclusiva do ANDES-SN, com sua longa história de defesa da Universidade Pública e seus mais de 70 mil filiados em todo o país, só depõe negativamente na avaliação do caráter e ética política deste governo.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. Nada disso demoveu o governo que se agarrou a uma perspectiva que distorce a carreira docente e quebra a confiança política na relação com as entidades realmente representativas. Se o governo aposta no impasse, os docentes apostarão na greve!

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO

Fonte: Comunicado CNG nº 25

Resposta do MEC à CONTRAPROPOSTA do CNG/ANDES-SN - Ofício nº 581/2005/SEAD-ME

Ao: ANDES Sindicato Nacional e Pró-IFES
Assunto: Proposta MEC
Senhores Dirigentes,

O atual governo, ao assumir o mandato em 2003, encontrou uma política de recursos humanos bastante precária para o setor público, em função da redução e da falta de reposição dos quadros de pessoal bem como a indefinição sistemática de uma política salarial que acarretou em baixa remuneração dos servidores públicos, particularmente dos quadros que compõem as Instituições Federais de Ensino.

A despeito das dificuldades orçamentárias e entendendo a legítima reivindicação dos servidores públicos, foi implementada uma política progressiva de recomposição salarial que, segundo dados do Ministério do Planejamento, no período de 2003 a 2005 os percentuais de reajustes variaram de 25,24% a 55,24% para os docentes do magistério superior. Não obstante, o Ministério da Educação tem se empenhado no sentido de dar continuidade à ação de recomposição salarial e dos quadros de pessoal das IFE.

Assim, a proposta apresentada no último dia 14 de outubro retoma a perspectiva de progressão para o conjunto dos servidores docentes com a criação da classe associada, a valorização da qualificação e desempenho docente, além de minimizar a defasagem salarial entre ativos e aposentados. Esta proposta traz um ganho salarial com consequência da implantação de uma política maior visando não apenas a recomposição dos índices inflacionários do governo Lula. O Ministério da Educação ratifica a destinação de recursos que totalizam em torno de R\$ 500 milhões e com efeitos a contar do próximo ano.

A contraproposta apresentada pelo ANDES - Sindicato Nacional constante no documento entregue na reunião do dia 19/10, no que se refere à reposição salarial (itens 1 e 2), representa um desembolso anual de aproximadamente R\$ 1 bilhão e 300 milhões, valores muito acima da disponibilidade orçamentária para este fim. Com relação ao item 3 do documento apresentado pelo ANDES, no que diz respeito à classe de professor associado entendemos que nossa proposta atende parte da reivindicação. Com relação ao item 4 relativo à recomposição dos quadros docentes, o MEC tem adotado uma postura pró-ativa na busca das autorizações para realização de concursos públicos para a reposição e expansão da rede de Instituições Federais

de Ensino. Com relação ao item 5, entendemos que há plena condição de abrimos esta discussão.

Em relação à contraproposta do Pró-IFES, entendemos que os itens 1, 4 e 5 relativos ao aumento de 50% nos atuais percentuais de incentivo à titulação, reposição das perdas da inflação e a criação de um GT carreira foram contemplados na nova proposta que apresentamos abaixo. Com relação ao item 2 da proposta do Pró-IFES não há disponibilidade de recursos para atendimento desta proposta. No entanto criamos mais um nível para a classe de professor associado e mantivemos a proposta anteriormente apresentada para o professor titular.

Diante do exposto, buscamos aprimorar a proposta nos seguintes termos:

- Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

- Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2; e o nível 4 com "step" de 3% em relação ao nível 3.

- Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

- Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcionar a reposição da inflação do período.

- Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

- Criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.

Diante do exposto aguardamos posicionamento das entidades.

Atenciosamente,

Jairo Jorge da Silva
Secretário Executivo

Ronaldo Teixeira da Silva
Secretário-Executivo Adjunto

Controvérsia nos cálculos do impacto financeiro

O MEC argumenta que a proposta dos professores representaria um desembolso anual de aproximadamente R\$1,3 bilhão. O movimento grevista contesta o valor. "Aparentemente, o governo não fez nem cálculo. Parece um chute", afirma Rizzo.

Pelo levantamento do Comando, R\$ 922 milhões são a quantia necessária, se adotado o método de cálculo do governo. Por meio do estudo de impacto feito pela categoria, a partir de princípios propostos pelo Andes-SN, a quantia cai para R\$ 781 milhões.

A diferença de R\$ 141 milhões entre a proposta que segue a linha de raciocínio do Executivo e a do movimento grevista representa o valor do recolhimento da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do Servidor Público Federal. Essa quantia equivale a 22% do salário de cada servidor e é calculada como despesa no Orçamento da União. No

entanto, como não há um Fundo de Previdência do Servidor Público Federal, os 22% são mantidos nos cofres do Tesouro Nacional.

Em relação aos R\$ 500 milhões liberados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para categoria, a CPSS corresponde a aproximadamente R\$ 80 milhões. Importância que ficará retida com o Executivo. "É uma economia para ter dinheiro em caixa e demonstrar equilíbrio financeiro às custas do servidor", declara o vice-presidente do Andes-SN

A cobrança indevida é um dos pontos mais polêmicos da negociação entre professores e MEC. O movimento grevista diz que ela é irregular, segundo um balanço do Tesouro Nacional, de agosto de 2005. No "Resultado Fiscal do Governo Central", é dito que o CPSS "não tem efeitos financeiros ou sobrecarga tributária do governo, por ser essencialmente o resultado de um registro contábil". O

MEC afirma que ao incluir a cobrança da alíquota nas contas atende a uma determinação do Ministério do Planejamento.

Ao considerar elevada a proposta dos professores, o governo manteve os princípios de distribuição dos R\$ 500 milhões divulgados no dia 14 de outubro. São eles: aumento dos percentuais de titulação em 50%; alteração da diferença do vencimento básico da classe de professor adjunto 4 para o vencimento básico do cargo de professor titular de 21% para 26%; alteração nos valores da pontuação da GED; ampliação da pontuação da GED para inativos passando de 91 pontos para 115 a partir de julho de 2006; criação da classe de professor associado e criação de um grupo de trabalho para discutir a carreira do magistério, sem a participação do Sinasefe. (Fonte: Comunicado do CNG/ANDES-SN - 22/10/2005)

PROPOSTAS EM PAUTA E IMPACTOS FINANCEIROS

I) Contra-proposta do CNG/ANDES-SN – 19/10 (conforme Comunicado Especial CNG nº 9)

Itens	Impacto Financeiro
1) Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação criando uma única gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas a partir de janeiro/06.	R\$ 222,6 milhões
2) Reajuste de 18% no vencimento básico retroativo a maio/05.	R\$ 618,0 milhões
3) Criação das classes Especial e Associado a partir de janeiro/06, com recursos destinados à reestruturação de carreira.	R\$ 171,9 milhões
4) Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão das IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro/05, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas ora em negociação.	
5) Criação de GT-Carreira (ANDES-SN e SINASEFE) com instalação em novembro/05 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio/06.	
TOTAL	R\$ 1.012,5 milhões

II) Contra-proposta do Governo – Ofício SEAD/MEC 581/2005 – 21/10 (conforme Comunicado CNG nº 25)

Itens	Impacto Financeiro
1) Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.	
2) Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2; e o nível 4 com "step" de 3% em relação ao nível 3.	
3) Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.	
4) Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.	
5) Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.	
6) Criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.	
TOTAL	R\$ 503,0 milhões

III - Proposta do Comando Local de Greve – CLG/UFPB – 22/10/05

Itens	Impacto Financeiro										
1) Aumento de 18% no vencimento básico a partir de maio de 2005	R\$ 618,0 milhões										
2) Equiparação da GED/GEAD e paridade da GED dos aposentados a partir de janeiro de 2006	R\$ 222,6 milhões										
3) Criação da classe de professor associado com progressão automática para ativos e aposentados de acordo com o que se segue:											
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th>Tempo de retenção do Doutor como Adj 4</th> <th>Progressão</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2 anos</td> <td>Associado 1</td> </tr> <tr> <td>4 anos</td> <td>Associado 2</td> </tr> <tr> <td>6 anos</td> <td>Associado 3</td> </tr> <tr> <td>8 anos</td> <td>Associado 4</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de retenção do Doutor como Adj 4	Progressão	2 anos	Associado 1	4 anos	Associado 2	6 anos	Associado 3	8 anos	Associado 4	R\$ 171,9 milhões
Tempo de retenção do Doutor como Adj 4	Progressão										
2 anos	Associado 1										
4 anos	Associado 2										
6 anos	Associado 3										
8 anos	Associado 4										
4) Abertura imediata de concursos públicos para provimento de vagas de professores											
5) Criação do GT-Carreira;											
TOTAL	R\$ 1.012,5 milhões										

Fonte: Professoras Cristine e Teresa - CLG/UFPB - 24/10/05

Comando Local de Greve da ADUFPB divulga novo calendário de atividades

Além da nova Assembléia Geral desta terça-feira 25/10, o Comando Local de Greve da ADUFPB agendou uma série de atividades de fortalecimento do movimento grevista em João Pessoa.

Já na quarta-feira 26, às 15h, haverá uma sessão especial na Assembléia Legislativa com debate entre os deputados estaduais sobre a situação da educação na UFPB e, mais especificamente, a valorização do Magistério Superior na Instituição.

Na quinta-feira o Comando Local de Greve se reúne, a partir das 17h, na sede da ADUFPB, para avaliar os encaminhamentos da Assembléia Geral e da sessão na AL.

Uma reunião para acertar os detalhes finais do Ato Público agendado para o próximo sábado (29) será realizada pelo CLG/ADUFPB na quinta-feira.

Finalmente, encerrando a semana, os professores vão repetir o sucesso do Ato Público do último dia 15/10, no Busto de Tamandaré, realizando nova mobilização na manhã do próximo sábado (29), no Ponto de Cem Réis, a partir das 9h.

Durante toda a manhã os docentes estarão distribuindo panfletos, realizando palestras sobre a Universidade e oferecendo serviços gratuitos à comunidade, como avaliação nutricional, física, psicológica, creche-escola, verificação de pressão arterial e boa música.

CONFIRA O CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO CLG/ADUFPB DESTA SEMANA:

- **Dia 25/10 (terça-feira)**
 Assembléia Geral dos professores da UFPB, no Centro de Vivência, a partir das 14h30.
- **Dia 26/10 (quarta-feira)**
 Sessão especial na Assembléia Legislativa da Paraíba, a partir das 15h, sobre a greve dos docentes da UFPB. Debate com deputados estaduais.
- **Dia 27/10 (quinta-feira)**
 Reunião do Comando Local de Greve, às 17h. Local: Sede Sociocultural da ADUFPB.
- **Dia 28/10 (sexta-feira)**
 Reunião de preparação para o Ato Público
- **Dia 29/10 (sábado)**
 ATO PÚBLICO NO PONTO DE CEM RÉIS, a partir das 9h, com distribuição de panfletos, palestras, música e serviços oferecidos gratuitamente à comunidade (verificação de pressão arterial, avaliação física e nutricional, creche-escola, entre outros).

Ato público no Dia do Professor mobiliza sociedade no Busto de Tamandaré

Uma manhã diferente para banhistas, pedestres e moradores dos arredores do Busto de Tamandaré, na praia de Tambaú, foi promovida no último sábado (15/10) pelo Comando Local de Greve da ADUFPB (Sindicato dos Docentes da UFPB). Em comemoração ao Dia do Professor, os docentes da Universidade disponibilizaram gratuitamente serviços oferecidos pela Instituição à comunidade como avaliação física e psicológica, avaliação nutricional, creche-escola, atividades de educação física, verificação de pressão arterial, entre outros.

O evento contou ainda com um bom forró pé-de-serra do grupo "Os 3 do Norte". Tudo como forma de chamar a atenção para o desrespeito com que a educação e o magistério superior têm sido tratados no país. O Ato Público pelo Dia do Professor teve início às 9h e seguiu por toda a manhã e até o início da tarde, atendendo várias pessoas, entre cri-



anças, jovens e adultos que paravam para serem atendidos pelos voluntários dispostos nas tendas armadas pelo Comando da ADUFPB.

Intercalando música e falas de professores sobre as reivindicações docentes, o Ato Público promovido pelo Sindicato ganhou o apoio da sociedade, que recebeu ainda panfletos e viseiras. O evento também contou com ampla cobertura pela imprensa local, que mostrou em detalhes os serviços oferecidos e ouviu professores ligados ao Comando Local de Greve.

CAFÉ FILOSÓFICO

Segunda edição consolida evento

Lua cheia, boa música e um debate enriquecedor sobre "Ética e Política" com o jornalista e professor Luiz Augusto Crispim. O cenário não poderia ter sido mais agradável para a realização da segunda edição do Café Filosófico da ADUFPB, ocorrido na noite da última quinta-feira (20/10), na área externa do Parahyba Café.

Prestigiado por professores e funcionários da UFPB, além de familiares, amigos e convidados, o evento tem se consolidado como ótima opção de discussões políticas, acadêmicas, troca de idéias e confraternização.

Depois da fala de Luiz Augusto Crispim, os presentes puderam fazer suas considerações sobre o tema, além de declamar poesias e mostrar seus talentos como cantores. Uma noite, sem dúvida, muito agradável.

Boletim **GREVE**
Nº 04
Novembro
de 2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 01 de Novembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

A força da greve é a garantia das nossas conquistas

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino atravessa momentos decisivos.

A última semana nos mostrou que a força do movimento grevista, expressa pela reafirmação da pauta por todas as seções sindicais que ingressaram na greve e na sua perspectiva de expansão, foi capaz de impor recuos táticos ao governo.

Porém, devemos lembrar que o desfecho da greve ainda não está dado. Estamos caminhando na negociação, mas ainda não temos a garantia de que o governo vá responder positivamente à nossa pauta. Qualquer avanço, portanto, vai depender de nossa capacidade em manter a força da greve.

Começamos a semana com uma proposta do Ministério da Educação que repetia quase que na íntegra a proposta anteriormente apresentada e rejeitada pela unanimidade das Assembléias dos docentes em greve. O governo, com essa atitude, apostou na divisão e no desgaste do movimento, mas a categoria respondeu de forma firme e coesa, inclusive sinalizando com novas adesões à greve.

No documento que (re)apresentava a proposta governamental, havia informações distorcidas sobre o impacto orçamentário e o sentido da contra-proposta que o CNG apresentou ao MEC. A expectativa era de que estivesse armado o circo para a aprovação do que o MEC (re)apresentara como proposta, a revelia do movimento real de greve. Para tanto, o governo contava com o apoio servil da entidade de carimbo (PROIFES), convidada pelo MEC na condição de "interlocutora", para respaldar os princípios defendidos pelo governo. Isso evidencia a clara tentativa do governo de não apenas derrotar essa greve, como também de tentar quebrar a unidade e a combatividade que marcam o ANDES-SN na sua luta em defesa da autonomia em relação aos governos e democracia interna.

Apostando no desgaste do movimento, o governo demorou 35 dias para iniciar a negociação, tendo anunciado pelo menos três vezes que a greve caminhava para o fim. A resposta do movimento de greve foi direta e incisiva, apesar das dificuldades internas das IFES causadas por anos a fio de implementação de uma política de desmonte e privatização. A proposta do governo foi novamente rejeitada por unanimidade pelas assembléias. Os princípios que têm norteado as intervenções do CNG nas negociações foram novamente referendados pela base. O CNG do ANDES-SN foi mais uma vez reforçado pelas Assembléias Gerais dos docentes em greve como única instância legítima a representá-los. Com isso, não apenas o governo não teve forças para implementar retaliações, como foi obrigado a nos receber para negociar.

Em Brasília, continuou firme e ampla a atuação do Comando no parlamento, junto à ANDIFES e nos espaços destinados à cobertura da greve na imprensa. Merecem destaque aqui os esforços de unificação com os demais setores em luta do Sistema Federal de Ensino (SINASEFE, FASUBRA e Comando de estudantes em greve e mobilização). Fundamental também têm sido os atos e atividades nos estados, que reforçam a visibilidade da greve, alguns enfrentando duríssima repressão do aparato policial.

A força da greve se expressou novamente quando con-

seguimos responder com coesão as movimentações divisionistas engendradas pelo MEC em matéria divulgada na sua página em 24 de outubro, afirmando que a greve se aproximava do fim. Conseguimos uma nova audiência, mais uma vez, sem a presença de "convidados chapa branca", com o secretário executivo do MEC, Jairo Jorge, a fim de cobrar explicações sobre o ocorrido, levando-o a assumir a palavra empenhada na audiência do dia anterior e a respeitar a legitimidade do CNG-ANDES/SN enquanto representante do movimento.

Um balanço parcial poderia marcar que a semana foi positiva para o movimento, mas não devemos fazer avaliações conclusivas antes do fim do processo. Nesta, como em outras greves, expectativas de resoluções rápidas ou positivas foram frustradas por novos revezes, e o que pode nos indicar um fim próximo para a greve é tão somente um acordo assinado e efetivado, contemplando nossos princípios e propostas.

Os últimos acontecimentos indicam que a greve pode levar o governo a apresentar uma proposta sobre novas bases: as audiências dos dias 24 e 25, a reunião com os técnicos do MEC no dia 25, quando explicitamos os equívocos ocorridos na interpretação de nossa proposta pelo MEC, a intervenção firme da bancada parlamentar em nosso favor, o compromisso do MEC em apresentar uma nova proposta a ser encaminhada no dia 31/10 e a marcação de uma nova rodada de negociações no dia 4/11. No entanto, só poderemos confirmar esses indícios na segunda-feira, caso esta perspectiva realmente se materialize em novo documento do MEC, pois, como afirmou o secretário Jairo Jorge, agora a "bola" está com o governo.

Cumpramos registrar que o CNG-ANDES/SN tem insistentemente cobrado do MEC que a sua proposta contemple indistintamente os professores das carreiras de 1º, 2º e 3º graus. Para além da negociação da pauta econômica, o CNG-ANDES/SN também tem cobrado a inclusão dos demais itens (garantia dos concursos e definição de um cronograma para discussão de carreira e incorporação de gratificações) no documento a ser apresentado pelo MEC.

Por isso, o fundamental neste momento é manter e reforçar a greve, intensificar as ações que lhe dêem visibilidade, preparar as AGs para que produzam respostas rápidas a orientar o CNG, bem como continuar reforçando este Comando Nacional com o envio de delegados e observadores em número suficiente para permitir sua atuação adequada.

A greve continua sendo nossa.

Em nossas mãos está a força para resolvê-la em favor da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Firmes na luta!

Documento protocolado Junto ao MEC, em 26/10/2005

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a um impasse criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia entre docentes de 1º, 2º e 3º graus e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.

A proposta do MEC encaminhada pelo Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, foi apreciada pelas assembleias das seções sindicais realizadas nos dias 24 e 25 de outubro. A esmagadora maioria das assembleias, rejeitou, mais uma vez, a proposta apresentada pelo MEC, reiterando a contraproposta do Comando Nacional de Greve apresentada na audiência do dia 19 de outubro. Destaca-se, ainda, que novos indicativos de greve foram aprovados motivados pela postura do MEC. Causou indignação o fato de não haver qualquer mudança que aproximasse a proposta do MEC às reivindicações do ANDES-SN. Ela é um passo atrás em relação ao que foi desenvolvido e acordado no Grupo de Trabalho no que se refere às gratificações e à paridade, contradizendo declarações do Ministro Tarso Genro e do Secretário Jairo Jorge, em 30 de julho de 2004.

Desde o início das negociações, o MEC insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, já em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus e comprometendo-se a dar o mesmo tratamento aos docentes da carreira de 3º grau.

Quanto ao conteúdo da proposta reapresentada pelo MEC, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no Ofício nº 581/2005 que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. Na verdade, mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG/ANDESSN, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181,2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS - não paga pelo governo - o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R\$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do imposto de

Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R\$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R\$ 473,1 milhões.

Recentemente o Ministério do Planejamento acordou com o SINAL - Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, proposta com custo final de R\$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembleias, em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembleias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi de 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contra-cheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembleias Gerais.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. O governo pode resolver as demandas dos professores, desde que não se mantenha inflexível na lógica que sustenta suas propostas e não aposte no impasse.

PAUTA DA GREVE

■ 1) - Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação criando uma única gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas a partir de janeiro/06.

■ 2) - Reajuste de 18% no vencimento básico retroativo a maio/05.

■ 3) - Criação das classes Especial e Associado a partir de janeiro/06, com recursos destinados à reestruturação de carreira.

■ 4) - Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão das IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro/05, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas ora em negociação.

■ 5) - Criação de GT-Carreira (ANDES-SN e SINASEFE) com instalação em novembro/05 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio/06.

Boletim **GREVE**
Nº 05
Novembro
de 2005UFPB - João Pessoa/Paraíba, 08 de Novembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br**Rejeitar a proposta do governo mais uma vez:****MANTER, AMPLIAR
E RADICALIZAR A GREVE!**

A semana passada foi marcada por grande expectativa. As assembleias gerais aguardaram desde segunda-feira (31/10) uma proposta do MEC que fosse diferente daquela já apresentada. O MEC, de forma intransigente, postergou um processo de negociação em relação ao qual os docentes em greve, através do CNG/ANDES-SN, demonstraram firme disposição de diálogo. As negociações, que pareciam estar avançado, retrocederam, contrariando o conteúdo das conversações estabelecidas na semana anterior com o Secretário Jairo Jorge e negando todas as possibilidades que haviam sido levantadas nos encontros com os parlamentares da comissão de intermediação.

Na reunião de 04/11, o MEC reapresentou pela terceira vez a mesma proposta, já duas vezes rejeitada pelo conjunto das assembleias gerais dos docentes em greve.

É importante ressaltar que o governo insiste em não conceder nenhum reajuste em 2005, não reponde, de fato, as perdas inflacionárias do governo Lula e utilizando como artifícios o aumento do incentivo à titulação e alteração do percentual de pontuação da GED, uma proposta construída sobre uma outra lógica, que tem como consequência aprofundar as distorções entre as carreiras dos professores de 1º, 2º, e 3º graus.

A lógica que leva o governo a manter sua proposta inicial com a alteração no percentual da pontuação na GED e avançar na desestruturação da carreira sob a alegação de valorização da titulação é a mesma que o leva a recusar, apesar da viabilidade financeira, a promoção da paridade e da isonomia, bem como a valorização do salário base.

O sentido favorável à construção da carreira única é justamente o oposto. Isto revela o movimento ardiloso do MEC ao propor que a busca das convergências seja produzida em um pretenso Grupo de Trabalho sobre carreira.

Em nossa avaliação, o governo não aceita promover a paridade porque pretende manter sua política de desvalorização dos aposentados, tratando-os como mero ônus orçamentário e desrespeitando-os como pessoa humana. Além disso, o governo não aceita negociar com o CNG/ANDES-SN a isonomia entre as carreiras do magistério superior e a de 1o. e 2o. graus porque pretende fragmentar a identidade do trabalho docente, fragilizar as representações sindicais e também a luta em defesa do caráter público das Instituições Federais de Ensino. Em meio a uma forte campanha de cooptação das entidades sindicais, na qual inclusive os meios oficiais são utilizados com o objetivo de torná-las dóceis às políticas governamentais, o ANDES-SN reafirma-se como sindicato autônomo e referenciado nas deliberações de sua base.

São evidentes e notórios os vultosos recursos que o

governo conseguiu acumular nos primeiros nove meses deste ano, antecipadamente, via superávit primário muito além do exigido pelo FMI. Como consequência, sufoca a educação ao executar somente 12,98% dos recursos orçados para 2005, desobrigando-se do financiamento das políticas públicas e, sobretudo, das sociais. Esta política econômica ganha dimensão no âmbito do projeto governamental de reforma do Estado e orienta a sua concepção de carreira e sua proposta de privatização do ensino público. A recusa do governo aos princípios de isonomia, paridade e valorização do trabalho docente, que orientam nossa pauta, se dá, portanto, no âmbito do embate que envolve projetos distintos de Universidade. O problema, desta forma, não é orçamentário, mas de política de governo.

O posicionamento da categoria frente a esta política de governo já foi declarado por duas vezes nas assembleias gerais e encaminhado pelo CNG/ANDES-SN. Além disso, a força das manifestações nos estados e em Brasília, assim como a constante pressão do CNG/ANDES-SN sobre o executivo e sua atuação no parlamento, obrigou o governo a comprometer-se com a continuidade da negociação. Entre a alternativa de apresentar uma nova proposta que buscasse a solução do impasse com os princípios que defendemos, o MEC apostou no desgaste do ANDES - Sindicato Nacional e no enfraquecimento do movimento.

Por isso, a primeira resposta necessária das próximas assembleias gerais é o forte e decidido posicionamento pela continuidade da greve e novamente pela rejeição da proposta do governo. Trata-se de, a um só tempo, defender a pauta em negociação com o MEC, o nosso sindicato e o nosso projeto de Educação Pública.

No momento é ainda mais importante que as Seções Sindicais que aprovaram indicativos mas não aderiram à greve, o façam, mostrando que a insistência do governo em não atender aos princípios de nossa proposta só faz aumen-

tar a indignação da categoria e a força da greve. Nas assembleias de docentes em greve é necessário que se faça o debate sobre as alternativas para ampliar a força do movimento em cada Instituição, com a paralisação de atividades que eventualmente ainda estejam em funcionamento. Intensificar e ampliar a unidade com outras categorias em luta é necessário para que tais atividades ganhem em dimensão e visibilidade. Neste sentido, todas as atividades que possam fortalecer o movimento fazem-se, agora, fundamentais.

A próxima semana será de intensificação dos contatos e pressões. Os reitores e conselheiros superiores devem ser procurados pelos CLG's - assim como a ANDIFES pelo CNG/ANDES-SN - e instados a manifestarem posições de apoio à resolução da greve a partir das propostas que surgem das assembleias gerais e são encaminhadas pelo CNG/ANDES-SN. Os parlamentares, par-

ticularmente os da base aliada e do partido do governo, que através da comissão de intermediação da negociação se comprometeram a defender novos recursos para ampliar a proposta do MEC e afirmaram que outra lógica presidiria o que nos foi apresentado, serão novamente cobrados a se pronunciarem e a tomarem uma clara posição.

Cabe-nos avançar na pressão sobre outras esferas, como o próprio Ministério do Planejamento e a área da articulação política no Palácio do Planalto, solicitando audiências com o CNG para exigir que o governo se qualifique para uma negociação em bases realmente efetivas.

Da mesma forma que em momentos anteriores desta greve, será a força das assembleias gerais, a amplitude das manifestações dos docentes e a intervenção respaldada pela representatividade do CNG/ANDES-SN que poderão mudar a nosso favor os rumos da negociação com o governo.

O retrocesso do governo no processo de negociação exige de nós uma resposta firme: Trata-se de rejeitar a proposta do governo mais uma vez. Manter, ampliar e radicalizar a greve!

A 'NOVA PROPOSTA' DO GOVERNO

(OFÍCIO NO 598/2005/SEAD-MEC)

Ministério da Educação/Gabinete do Ministro
Ofício no 598/2005/SEAD-MEC
Brasília, 04 de novembro de 2005.
Ao: ANDES Sindicato Nacional e Pró-IFES
Assunto: Proposta MEC

Senhores Dirigentes,

1. Após a análise criteriosa das ponderações apresentadas pelos docentes, que envolveu a elaboração de cálculos e o detalhamento de aspectos legais pertinentes, e diante dos limites orçamentários já especificados de R\$ 500 milhões para 2006, vimos ratificar a proposta apresentada pelo MEC no Ofício nº 581 de 21 de outubro de 2005 que consiste:

- Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

- Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de "step" em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de "step" em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de "step" em relação ao nível 2; e o nível 4 com "step" de 3% em relação ao nível 3.

- Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

- Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.

- Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

- Criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.

2. Aguardamos desde já, o posicionamento formal das entidades para que possamos dar prosseguimento a elaboração dos instrumentos legais pertinentes às propostas apresentadas.

Atenciosamente,

Jairo Jorge da Silva Ronaldo

Secretário Executivo Teixeira da Silva

Secretário-Executivo Adjunto

REAFIRMAÇÃO DE NOSSA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Proposta do Movimento Docente em negociação com MEC:

■ 1. Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação, criando uma gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas, a partir de janeiro de 2006.

■ 2. Reajuste de 18% no vencimento básico, retroativo a maio de 2005.

■ 3. Criação das classes Especial e Associado, a partir de janeiro de 2006, com recursos destinados à reestruturação de carreira.

■ 4. Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão da IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro de 2005, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas, ora em negociação.

■ 5. Criação de Grupo de Trabalho com a participação dos dois sindicatos representativos dos professores, ANDES-SN e SINASEFE, com instalação em novembro de 2005 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio de 2006.

Fonte: Comunicado CNG nº 33

Boletim GREVE

Nº 06
Novembro
de 2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 16 de Novembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

A greve continua para superar a intransigência do Governo

A greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) - abrangendo professores de 1º e 2º graus e magistério superior - foi construída com base nos princípios da paridade e isonomia, da valorização do trabalho docente e da defesa da universidade pública e gratuita. O Governo desconheceu, o quanto pôde, a greve. Por um mês utilizou o artifício do Grupo de Trabalho/Ministério da Educação (GT/MEC) para desviar-se da centralidade das negociações com o Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES-SN), recebido somente após mais de um mês de greve. No entanto, o MEC foi obrigado a reconhecer o Movimento que se expandiu atingindo, hoje, 39 IFES, demonstrando a persistência da categoria diante das tergiversações e omissão do MEC.

A Audiência do dia 10 de novembro evidenciou, claramente, a política do Governo. Reiterou não somente a intransigência com que o MEC tem atuado em relação à greve dos docentes, mas, principalmente, o projeto estratégico defendido pelo Governo.

A greve dos docentes das IFES tem se revelado um importante instrumento para desvendar a verdadeira face estratégica do Governo Lula. Mais do que ter se descredenciado como interlocutor competente para resolver a greve, a atitude do MEC, ao reafirmar a mesma proposta já rejeitada, reiteradamente, pelas Assembléias Gerais (AGs) da categoria, revela o que pretende ocultar: o argumento de limite orçamentário e das restrições impostas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) esconde, primeiramente, que esta é uma política de governo e não de disputa interministerial e, em segundo lugar, que esta decisão intransigente reflete a adesão, irrestrita, do Governo Lula aos ditames do projeto neoliberal.

Neste contexto, o quadro político permanece instável, com o Governo e sua base de aliança conservadora ainda sob o fogo cruzado dos escândalos do *mensalão* e dos Correios. As denúncias continuam a surgir, ligando a esse esquema de corrupção empresas estatais, bancos oficiais, fundos de pensão e empresas privadas e privatizadas. Em meio a essa enxurrada de problemas, o Governo continua tentando vender a imagem da estabilidade político-financeira, com o país mantendo-se estritamente fiel aos acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O esforço midiático é feito para demonstrar que, apesar de tudo, o país funciona e o Governo cumpre a sua parte. O que se tenta ocultar é que a dívida brasileira já chega a um trilhão de Reais e que, somente neste ano, já pagamos 120 bilhões de Reais correspondentes aos juros e serviços da dívida. À medida que o Governo mantém a política de elevados superávits primários para honrar os compromissos com o capital, faltam investimentos em setores básicos (hoje visivelmente sucateados), e o quadro de insegurança e a violência no trato com os movimentos sociais não condizem com o Estado democrático.

A empáfia do Governo, quer no *"mensalão"*, quer na política do dia-a-dia, é transferir as responsabilidades para aqueles que lhe são críticos e se opõem à sua política deliberada de manter o poder a qualquer preço e o país atrelado a um projeto contrário às aspirações e necessidades do povo brasileiro.

O Governo não age isolado. O seu plano de poder inclui

alianças com a base conservadora do Congresso Nacional. Em relação à sociedade civil, busca seduzir os setores mais necessitados com políticas assistencialistas e/ou compensatórias e garantir a sustentação política advinda de parte dos movimentos sindicais que a ele se associam.

Há anos a política governamental vem, em nome da modernização, atingindo a Universidade brasileira. Esta política de submissão ao ideário neoliberal, implantada a partir de Collor de Mello, avançou nos anos noventa com FHC, por meio de privatizações e o objetivo de tomar mercadorias todos os componentes da vida social, submetendo a cultura, a vida e a existência à condição de bem material, excluídos como direito subjacente a todo ser humano. O Governo Lula só fez aprofundar essa linha perniciosa de atuação. Emblematicamente assumiu as bandeiras mais caras ao capital: o ajuste fiscal aplicado até o "osso"; a Reforma privatizante da Previdência, que retirou direitos dos trabalhadores para ampliar a esfera de reprodução do capital; a Reforma Universitária para definir a submissão cultural, científica e tecnológica aos interesses das nações centrais do capitalismo e aprofundar os processos de privatização e mercantilização da educação e do conhecimento; a Reforma Trabalhista e Sindical para suprimir direitos e desorganizar os movimentos que não perfilam no seu interesse e atrelá-los (tão somente) à causa dos dominantes.

A recusa em negociar, efetivamente, com o CNG/ANDES-SN, não apresentando contrapropostas capazes de avançar na resolução do conflito, além da imposição da presença de entidades não representativas do Movimento Docente, escancara a disposição do Governo em impor seu projeto de Universidade e de Sindicato, os quais estão subordinados à sua concepção de Estado e de Sociedade. De acordo com esse projeto, a lógica da produção do conhecimento está condicionada ao mérito e à competição, e não à lógica do interesse coletivo, bandeira histórica dos movimentos sociais e sindicais dos quais muitos daqueles que, hoje, ocupam lugar no poder instituído foram defensores. Da mesma forma, a destruição de sindicatos combativos torna-se crucial, agravada, ainda, pela prática neoestatista de setores importantes do Governo, que consideram como indistintos: Governo, Partido e Movimentos Sociais.

A rigidez dos representantes do MEC na Mesa de Negociações reflete, por outras vias, a arrogância daqueles que pensavam que poderiam derrotar o Movimento pela via da apresentação, reiterada, da mesma proposta e valendo-se do peleguismo institucional (PROIFES). A altivez e determinação com que a categoria docente tem respondido a estas ações, aliadas à atuação intensiva do CNG/ANDES-SN em conjunto com a Comissão de Intermediação Parlamentar, desorientaram aqueles que pensavam ter derrotado a disposição dos professores em greve.

Acuados pela resistência e disposição dos docentes de lutar pela sua Pauta de Reivindicações e condenar o sindicalismo paralelo, e pressionado pela atuação da denominada *"força tarefa"* parlamentar sobre esse e outros Ministérios, os representantes do MEC atuaram de forma sintonizada com os propósitos orientadores da política do Governo, que condenam os

CONTINUA NA PÁGINA 2

PROFESSOR, DEFENDA A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

interesses coletivos à lógica do capital, particularmente financeiro.

A forma como o Governo tem buscado legitimar seu projeto de Universidade e Sindicato, junto à sociedade em geral e à categoria docente em particular, ultrapassa os esforços de utilização midiática, por meio da qual objetiva transformar o interesse das instituições particulares de ensino em interesse público, principalmente através do PROUNI. A contra-informação, o paralelismo sindical e as acusações de "partidarismo", "intransigência e radicalismo" do ANDES-SN têm sido recursos contumazes neste período de "negociação".

A acusação de intransigência, entretanto, parte do pressuposto de que o Movimento Docente deveria ter se adequado aos limites orçamentários impostos pelo Governo e jogado para 2006 qualquer perspectiva de reajuste. Isto é, o Governo acusa de intransigente a categoria que, nas AGs, tem reiterado os princípios da paridade, da isonomia, da equiparação das gratificações e de reajuste para 2005. Alerta-se que, ao jogar o reajuste para 2006, o Governo promove uma economia que, na prática, se dá às custas dos professores. Isto é, os próprios docentes financiam parte do reajuste que terá no ano seguinte.

A intransigência, portanto, não é do CNG/ANDES-SN, que já apresentou uma contraproposta, mas do MEC, que se mantém inflexível com relação à lógica da aplicação dos recursos - ampliados de R\$ 395 milhões para R\$ 500 milhões por força da greve - a qual acentua as distorções da Carreira Docente, ao aumentar os percentuais de titulação e da GED.

Ao reapresentar seguidas vezes a mesma proposta, o Governo não apenas revela sua intransigência, mas desrespeita a categoria e a sociedade, mantendo uma greve que já poderia ter sido solucionada, se houvesse disposição política, já que os recursos existem. O impedimento para a resolução do conflito não está, portanto, nos limites orçamentários, mas nas prioridades políticas que esse Governo abraçou.

Orientado por essa opção estratégica e desorientado pela resistência da categoria docente, o MEC interrompeu as negociações e declarou que tomará as medidas legais necessárias para implementar sua proposta.

A relação custo/benefício implicada em qualquer atitude do Governo que desconsidere as reivindicações docentes, o coloca em situação extremamente delicada, posto que a proximidade das eleições e a capacidade de influência sobre a opinião pública da categoria não podem ser ignoradas.

Para além desses aspectos, há ainda que considerar a pressão dos parlamentares solidários ao Movimento e da Comissão Parlamentar de Intermediação, comprometida com o atendimento da Pauta de Reivindicações docente, assim como

a delicada situação que envolve o até então *intocável* Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Se até algum tempo atrás, tanto oposição quanto situação partilhavam (dentro do possível) de um pacto tácito de preservação da política econômica do Governo (de acordo com os ditames do ideário neoliberal), este pacto se fragiliza cada vez mais. As denúncias que agora atingem o Ministro Palocci, assim como o registro de não crescimento da economia (após meses consecutivos de crescimento), permitem à oposição atuar de forma mais contundente na crítica ao Governo e incluir a economia na esteira da crise política que o envolve há mais de seis meses.

Desta forma, a opção governamental pelos acordos institucionais, particularmente dentro do Congresso, para garantir a tal *governabilidade*, coloca o Governo também em condição delicada nesse momento. Todas as concessões já feitas (econômicas, éticas e ideológicas) não lhe asseguram a fidelidade que pensava ter comprado.

Esse quadro é importante para se compreender as dificuldades do Governo quanto à forma de negociar com a categoria docente. Na Audiência do dia 10, foi declarado pelo MEC que aquela era a proposta final e que seriam analisados os instrumentos legais para sua implantação. Na sexta-feira (11/11), a mídia divulgou a disposição do MEC em resolver o conflito por "meios legais", pondo fim às negociações. A recusa do Ministro da Educação em tratar da greve dos docentes das IFES na entrevista coletiva concedida à imprensa no dia 11/11, entretanto, é significativa quanto às dificuldades que o MEC está enfrentando para resolver a situação.

Em que pese o fato de que a greve traz desgaste para todas as partes envolvidas, é importante, nesse quadro, avaliar o desgaste do Governo e o custo político de suas ações, pois o prolongamento da greve é de sua responsabilidade, já que tem como consequência o comprometimento do semestre e a realização do vestibular.

Neste momento, as tarefas primordiais para o Movimento Docente são a manutenção e o fortalecimento da greve, trabalhando para que essa se amplie com ações que lhe dêem mais visibilidade, de forma a estreitar relações com a sociedade, para demonstrar a responsabilidade do governo pelo seu prolongamento, na medida em que tenta impor uma proposta já rechaçada e não negocia com Movimento Docente.

Mais do que nunca a nossa coesão, unidade e determinação são fatores fundamentais para forçar a reabertura de efetivas negociações. A GREVE CONTINUA!

ENCAMINHAMENTOS

Caravana a Brasília nos dias 22 e 23

Tendo em vista a manifestação "zumbi + 10" que será realizada no dia 22/11 em Brasília e a necessidade de realizar ações de massa pelo restabelecimento das negociações, os comandos de greve do ANDES-SN, do SINASEFE, da FASUBRA, e dos estudantes, decidiram pela realização de caravanas nos dias 22 e 23/11/05. No dia 23/11 haverá manifestação específica da educação.

Conclamamos os CLG's a encamparem este esforço para que tenhamos uma massiva manifestação. Para isso, recomendamos que as caravanas sejam organizadas juntamente com os sindicatos dos técnico-administrativos, estudantes e seções sindicais do SINASEFE.

Maiores informações serão enviadas oportunamente.

Adiamento do vestibular

A partir de solicitação de diversos CLG's, que já haviam desenvolvido discussões sobre o adiamento do vestibular, o CNG/ANDES-SN debateu a questão e entende que o prolongamento da greve deve-se exclusivamente à intransigência do governo. Este prolongamento compromete a realização do vestibular nas datas previstas.

Em todas as greves, a garantia da qualidade do ensino foi sempre preocupação das Assembléias durante os debates sobre as consequências da paralisação na vida da universidade, como por exemplo a reposição de aulas. Nossa greve envolve diversos níveis de ensino, incluindo o ensino médio, com alunos que dependem dos conteúdos programados para realização do vestibular, faz-se, portanto, necessário apontar desde já o seu adiamento e de outros mecanismos de seleção para acesso aos cursos das IFES.

O CNG/ANDES-SN indica o ADIAMENTO DO VESTIBULAR para apreciação das Assembléias como uma ação de nossa Greve Nacional e recomenda que sejam localmente tratadas as condições para a viabilização desta proposta. Aprovado o adiamento pelas Assembléias, sugerimos que a proposta seja encaminhada aos Colegiados responsáveis.

Boletim **GREVE**

Nº 07
Novembro
de 2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 22 de Novembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

As sete mentiras do MEC

O MEC gastou UM MILHÃO DE REAIS para mentir. Publicou nos principais jornais das capitais brasileiras (Correio da Paraíba, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, etc.), em 18/11, uma Nota Paga visando confundir os professores e a opinião pública brasileira.

A Mentira tem pernas curtas. Por isso, o Comando Local de Greve da UFPB vai desmontar as inverdades, uma a uma, contidas na Nota Paga, nos comunicados de sua página eletrônica e pronunciamentos oficiais do Ministro Haddad à imprensa:

1 A nota paga tem duas versões diferentes, uma no portal eletrônico do MEC e outra nas matérias pagas aos jornais. Na nota aos jornais, o governo promete aos professores de ativar aumento nos percentuais de pontuação da GED, porém, na nota do portal, este item desaparece. Se há duas versões, qual é mesmo a que reflete o pronunciamento oficial do MEC?

2 O ministro Haddad, em entrevista coletiva 16/11 (quarta-feira), garantiu a chegada do Projeto Lei "até sexta-feira, 18 [negrito do MEC], ao Congresso Nacional". Hoje, 22/11 (terça-feira), o PL sequer chegou à Casa Civil.

3 A Nota afirma que "todos os docentes receberão um reajuste igual ou superior à inflação do período 2003-2006". Duas mentiras em apenas 13 palavras e dois números! Ora, a inflação de 2004 não foi reposta em 2005. Além disso, na entrevista coletiva, Haddad afirma que o aumento, proposta do MEC, "significa um aumento real de 9,45% acima da inflação". Será que o ministro sabe fazer contas? Afinal, a inflação do período supera os números alegados pelo Ministro. (Vamos aos números verdadeiros, conforme dados do DIEESE: inflação 2003: 9,55%; inflação 2004: 7,70%, correspondente ao acumulado de 18%).

4 O governo trabalha com valores superestimados, "esquecendo" que uma parte desses recursos retornará aos seus cofres na forma dos descontos do PSS e imposto de renda.

5 A proposta da criação da categoria de Professor Associado é uma reivindicação do ANDES desde 1993 e tem sua dimensão histórica no âmbito da reformulação da carreira docente como um todo. O MEC apenas "clonou", de maneira distorcida, a proposta do movimento docente, pois, tanto na Nota Paga como na entrevista coletiva, não é mencionada a criação um Grupo de Trabalho para discussão de carreira em 2006.

6 A proposta do CNG-ANDES, nos termos da malha salarial da carreira (auxiliar, assistente, adjunto, titular e os valores das correspondentes remunerações) supera a proposta do MEC em todas as situações. Vamos a um exemplo, entre muitos possíveis: o Professor Adjunto (Doutor), ativo, RETIDE:

Nível	Adjunto/Doutor - DE Ativos			
	R\$		MEC Reaj05	CNG Reaj05
	MEC	CNG		
4	5.982,76	6.0235,65	9,3%	10,1%
3	5.835,78	5.874,93	9,2%	9,9%
2	5.690,91	5.728,42	9,0%	9,7%
1	5.549,44	5.585,40	8,8%	9,5%

Fonte: Comunicado CNG/ANDES-SN nº32- Anexo

7 Visando espalhar confusão, o Ministro Haddad afirmou que este é o maior reajuste concedido aos docentes nos últimos 10 anos, tendo em vista o montante de dinheiro envolvido. Ah! Sr. Ministro falar em dinheiro em valores nominais no nosso país, "esquecendo" de lidar com valores reais, não dá para levar a sério!

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2005.

CLG/UFPB

PROFESSOR, A HORA É DE FIRMEZA E DE UNIDADE!

ANÁLISE DA CONJUNTURA – CNG/ANDES-SN

PELO RESTABELECIMENTO DAS NEGOCIAÇÕES E DO ATENDIMENTO DA NOSSA PAUTA, A GREVE CONTINUA !

Esta semana foi de um intenso trabalho do Comando Nacional de Greve do ANDES/SN (CNG-ANDES/SN) nas várias frentes em que este vem atuando desde o início da greve, mas foi, também, uma semana marcada pela perplexidade do movimento docente diante do absoluto desrespeito do ministro da educação para com o processo de negociação que vinha desenvolvendo conosco. Com mais de 80 dias de greve o MEC torna uma atitude autoritária e unilateral ao anunciar no dia 16/11, em coletiva à imprensa, que enviaria um projeto de lei (PL) ao Congresso Nacional a fim de impor sua proposta à categoria docente. Apesar do anúncio de que o PL seria enviado até sexta-feira, até o fim de semana o mesmo não havia sequer chegado à Casa Civil, instância responsável pelo encaminhamento do PL do governo ao Congresso. Com isso o MEC demonstrando mais uma vez sua incapacidade de negociar com a categoria docente. Desde o início do governo Lula, esse ministério tem tratado as reivindicações dos professores das IFES com intransigência, quando não com sistemática desconsideração. O GT-MEC foi criado e chegou ao fim sem que nada fosse resolvido, compromissos jamais foram cumpridos ou sequer formalizados.

Tudo isso demonstra um misto de incapacidade e descaso além de uma clara determinação deste governo em atacar um movimento que se caracteriza pela autonomia, pela combatividade, pelo respeito às decisões coletivamente construídas a partir da base e que não abandona a defesa de um projeto de universidade pública e gratuita pautada pelo interesse social. Portanto, nesse momento, o MEC, ao se negar a negociar com o CNG-ANDES/SN está rompendo com a categoria que se posicionou firmemente contra a sua proposta em três rodadas nacionais de assembleias gerais. Na verdade, o governo perdeu a disputa com os professores e assumiu esta postura porque faz do processo de negociação de uma pauta salarial uma disputa política de concepção de Estado e do papel da Universidade. A recusa ao não atendimento à nossa pauta não se reduz a uma mera questão orçamentária, mas ao papel do docente na concepção governamental de universidade pública.

Ao invés de atender a solicitação

do CNG-ANDES/SN, na reunião do dia 10/11, de enviar-nos uma resposta por escrito com a decisão do MEC em relação à posição do movimento, o ministro Fernando Haddad optou por convocar uma coletiva com a imprensa no dia 16/11 e publicar uma nota paga no dia 18/11 em vários jornais de circulação nacional (por exemplo: FSP, JB, O Globo, Estadão), para anunciar a imposição da sua proposta. O Ministro não teve sequer a dignidade de informar sua decisão diretamente à categoria. Ao anunciar que enviaria um projeto de lei à Casa Civil, segundo ele, para “resolver a greve”, está na verdade, tentando se desresponsabilizar do processo de negociação e transferir o problema para o Congresso Nacional. Trata-se de uma manobra que revela, de um lado, sua notória incapacidade e, de outro, a tentativa de enfraquecer nossa mobilização.

Vale ressaltar que o Ministério da Educação gastou cerca de 1 milhão de reais num único dia, 18/11, para divulgar na imprensa de todo o país um conjunto de inverdades sobre sua proposta de reajuste aos professores. Não é verdade quando diz que se dispôs ao diálogo quando, quando na verdade, os seus assessores só receberam o CNG, em quatro reuniões, depois de 35 dias de greve e, em momento algum, respondeu à pauta da categoria. Também não é verdade quando diz que dará reajuste de 9,45% acima da inflação. Não é verdade, ainda, quando diz que, com a criação da classe de professor associado, atende a reivindicações históricas da categoria, pois uma das mesmas é a implantação de uma nova carreira na qual esta classe é apenas um dos seus itens. Neste momento, a categoria apresenta como principais reivindicações a isonomia e a paridade. É inadmissível que um ministro de Estado use de inverdades ao dirigir-se ao povo e aos parlamentares no intuito de obter apoio para combater o movimento legítimo de greve. A rigor, a tentativa de confundir a opinião pública e os docentes é um procedimento recorrente nas atitudes do MEC uma vez que os números da sua proposta variam a cada notícia veiculada por ele.

Nossos instrumentos de pressão não se esgotaram e estamos respondendo às manobras do MEC com mais

trabalho. Somente dois últimos dias, desta semana o manifesto pela retomada das negociações com os docentes em greve conseguiu assinaturas de mais de 40 senadores e cerca de 50 deputados, muito deles da base governista. Enviamos carta a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, e ao Líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, relatando a situação e solicitando que intervenham pela reabertura das negociações.

Cabe ao movimento docente, nesse momento, manter, consolidar e fortalecer a greve de acordo com as decisões das assembleias de base para que possamos restabelecer um processo de negociação efetivo, capaz de construir um desfecho que atenda às nossas reivindicações. A próxima semana será de muito trabalho político do movimento junto à ANDIFES, às bancadas da Câmara e do Senado bem como a entidades e movimentos sociais que possam intervir em favor de nosso pleito. Temos também as atividades dos dias 22, 23 e 24/11, em Brasília, que nos trarão nova oportunidade de ampliar a visibilidade do movimento grevista.

A greve continua porque não mentimos e não faltamos com a ética quando com firmeza defendemos nossas reivindicações, seja nas negociações com o Governo, nos pronunciamentos públicos à sociedade brasileira ou nas interlocuções com nossos aliados. A greve continua porque a intransigência, a intolerância e a imaturidade nunca foram nossas, ao contrário, elaboramos alternativas desconsideradas no processo de negociação. A greve continua porque temos convicção que a isonomia e a paridade são princípios invioláveis de nossa carreira.

Somos todos docentes! Somos todos aposentados! Continuamos na luta pela isonomia e pela paridade!

**E A GREVE CONTINUA!
PELA UNIDADE DO MOVIMENTO,
EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO
DO TRABALHO DOCENTE E
DO CONJUNTO DA CATEGORIA!**

**Comando Nacional de
Greve do ANDES-SN**

Boletim **GREVE**

Nº 09
Dezembro
de 2005UFPB - João Pessoa/Paraíba, 06 de Dezembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

Força e unidade do Movimento Docente pela reabertura das negociações

Passados três meses desde sua deflagração, nossa greve encontra-se em momento particular, que demanda reflexão madura em relação aos seus horizontes, seja nas possibilidades de negociações e atendimento das reivindicações, seja na disposição de luta para o enfrentamento dos desafios postos hoje. Nossa análise não pode se basear nas versões do governo e da mídia que constroem discursos, visando disputar a opinião pública e depreciar a nossa luta.

É preciso perceber que o discurso veiculado pelo Governo, e que tem constituído as pautas da mídia, aponta para a culpabilização dos docentes pelos prejuízos advindos da greve. Cabe desmistificar a imagem de que os professores das IFES, com a greve, estão a prejudicar os estudantes. É importante lembrar que a força da greve e de nossa luta histórica em defesa da Universidade Pública, gratuita e pela valorização do trabalho docente tem sido capaz de assegurar as condições para o funcionamento da Universidade Pública e o acesso dos filhos dos trabalhadores ao ensino superior. A responsabilização dos trabalhadores pelos prejuízos causados por suas lutas é uma prática muito antiga e, no caso específico dos docentes das IFES, apareceu já na primeira greve, em 1980. Efetivamente, o governo demonstra que não está preocupado com os estudantes ficarem sem aulas, com a universidade pública ficar paralisada, na medida em que sua existência e manutenção não estão entre as preocupações centrais de governos privatistas. Preocupa ao governo o desgaste político que as greves lhe trazem. Por isso, não deve causar estranheza a intensificação da culpabilização do movimento grevista nos próximos dias.

INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO

A greve é conseqüência da intransigência do governo. Tanto os docentes quanto os demais setores do serviço público federal que foram à greve neste ano, repudiaram o anunciado reajuste de 0,1%, lutando pela recomposição das perdas salariais, que no governo Lula somaram 18% e pela incorporação das gratificações e abertura de concursos públicos, entre outras reivindicações importantes. Ao negar a recomposição salarial para o conjunto dos servidores em 2005, o governo, por meio do seu Ministro do Planejamento, anunciou, em junho, que estava aberta a temporada de negociações em cada ministério, mas que os efeitos financeiros só poderiam ser para 2006. Essa atitude levou os docentes a utilizarem a greve como instrumento de luta.

Embora a pauta de reivindicações tenha sido protocolada no dia 06/07/05 o MEC não havia se manifestado, até 30 de

agosto, data de deflagração da greve oficial. Somente após 35 dias de Greve (07/10), o Ministério recebeu o CNG (ANDES-SN). Apesar do crescimento da Greve nas IFES e das articulações com os Parlamentares para abertura efetiva das negociações, a intransigência tem sido a marca registrada do MEC.

Em 14 de outubro, o MEC formalizou por escrito (Of.555/2005 SEAD MEC) sua proposta que, com poucas alterações, permaneceu a mesma durante todo o processo que se seguiu até decidir romper as negociações.

O Governo insistiu em apresentar sucessivamente uma mesma proposta, que amplia as distorções entre professores de 1º, 2º e 3º graus e entre os ativos e os aposentados. O MEC foi insensível à contraproposta apresentada pelo CNG, em 19 de outubro, mantendo a sua proposta intacta, a despeito de ter sido rejeitada por três vezes pelas AG's. A contraproposta do Movimento Docente resguarda os princípios da paridade e da isonomia. O impasse está menos no montante de recursos e mais na proposta política do governo para as Universidades Públicas e para a organização sindical dos trabalhadores.

TRAIÇÃO DE PRINCÍPIOS HISTÓRICOS

Um governo que chega ao poder traindo princípios historicamente construídos não pode entender por que uma categoria de trabalhadores não abre mão dos seus próprios princípios. O Governo Federal tenta mascarar sua intransigência transferindo para os docentes das IFES a responsabilidade pela greve, quando ao longo desse processo suas ações revelam o contrário, e envida esforços no sentido de desqualificar o movimento docente, a fim de fazer calar a voz dos trabalhadores e de seus sindicatos. Para esse governo é importante destruir sindicatos autônomos, que fazem a justa e clara crítica às políticas neoliberais, ao entreguismo e à falta de perspectivas para a sociedade brasileira.

Na resistência a tudo isso, mais uma vez o CNG/ANDES-SN foi para a rua e vestiu-se de luto no ato simbólico intitulado: "Velório da política do governo para a educação superior", no dia 1º de dezembro de 2005, em frente ao Palácio do Planalto. Na oportunidade, foi protocolada a carta de pedido de audiência à Presidência da República.

Alguns fatos ocorridos na última semana devem ser considerados nas reflexões a respeito do momento em que nossa greve se encontra e de suas perspectivas. Um, foi a saída de greve dos técnico-administrativos das IFES; outro, foi a assinatura de acordo do SINASEFE com o MEC e conse-

CONTINUA NA PÁGINA 2

PROFESSOR, DEFENDA A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

quente saída da greve da base daquele sindicato; o terceiro fato foi o protocolo da carta do CNG/ANDES-SN à Presidência da República solicitando a retomada das negociações com o endosso de 316 parlamentares, sendo 71 senadores - a quase a totalidade do Senado - e 245 deputados federais, resultado do intenso trabalho desenvolvido pelo CNG no Congresso Nacional.

O retorno ao trabalho das bases da FASUBRA e do SINASEFE tem reflexos diferentes sobre nossa greve.

No tocante aos técnico-administrativos das IFES, a retomada das atividades já está sendo utilizada por setores contrários à greve, desde o MEC, passando pela imprensa, por administrações e outros segmentos no interior das IFES para pressionar os professores a porem fim à greve.

Quanto ao SINASEFE, houve a assinatura de acordo que foi imposto para importante parte da base do ANDES-SN. Com base neste fato, ocorrem também pressões pelo encerramento da greve dos docentes das IFES. A greve é instrumento de luta pela realização efetiva de negociações e atendimento às reivindicações dos docentes. Neste caso, o terceiro fato da semana é de significativa importância. O MEC rompeu negociações com o ANDES-SN e com seu CNG, impediu-os de participar das negociações referentes aos docentes das carreiras de 1º e 2º graus. Com a ampliação dos apoios os docentes têm buscado reverter tal situação e a retomada das negociações.

Torna-se explícito que o governo constrói uma estratégia que objetiva quebrar a unidade do movimento dos servidores públicos. Pelo segundo ano consecutivo o ANDES-SN foi impedido de participar das negociações com o MEC, como representante da sua base sindical de 1º e 2º graus, o que resultou em acordo firmado apenas com o SINASEFE. Isso faz parte de sua política discriminatória em relação ao ANDES-SN e de promoção da entidade paralela. Argumentam os dirigentes do MEC, mais uma vez, que o ANDES-SN não apresentou uma proposta factível, isto é, dentro do limite orçamentário definido pelo governo, como o fizeram outras entidades.

Para tentar caracterizar o ANDES-SN como intransigente, o governo se utiliza de duas situações absolutamente distintas e contraditórias. Nas discussões referentes aos professores da carreira do magistério superior, os dirigentes do MEC, concordando com a entidade de carimbo, defenderam a proposta de aumento nos incentivos de titulação e de aumentos nos pontos da GED, em contraposição ao reajuste no vencimento básico, sob o argumento de que a posição do governo era contrária ao reajuste linear no vencimento básico. Com o SINASEFE acordou um reajuste no vencimento básico de 12% para os docentes da carreira de 1º e 2º graus.

LÓGICA DIVISIONISTA E DE FRAGILIZAÇÃO

A pergunta que resta ser esclarecida é: por que o reajuste no vencimento básico pode para um segmento e não para o outro? A esta questão soma-se aquela já feita em 2004: Por que pode haver paridade para a carreira de 1º e 2º graus e não para os professores do ensino superior? O tratamento diferenciado para com as entidades docentes, inscreve-se dentro da lógica divisionista e de fragilização sindical praticada pelo governo. Para além da unidade política governamental e quanto à rejeição dos princípios da paridade e da isonomia, a recusa do governo em atender ao CNG/ANDES-SN, ao mesmo tempo em que atende ao SINASEFE, reafirma a intransigência do governo em negociar.

Depois da interrupção das negociações desde o dia 16 de novembro, o governo tem anunciado a apresentação de Projeto de Lei (PL). Documento que, segundo últimas informações veiculadas pela imprensa, será apresentado pelo Ministro Fernando Haddad em entrevista coletiva na segunda-feira (05/12) próxima. Este fato, se efetivado, ratificará a intransigência do governo.

Apesar dessa política e desse quadro, a saída da greve das duas entidades sindicais da área da educação federal, não representa o final da batalha para os professores das IFES. A assinatura de 316 parlamentares - 71 senadores e 245 deputados federais - reivindicando a reabertura das negociações; o protocolo de carta, solicitando audiência com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, assim como a manutenção da greve pela maioria esmagadora das Seções Sindicais, demonstram que a nossa resistência e a nossa disposição em exigir do governo a efetividade de negociações não foram comprometidas.

DEBATE INTENSIFICADO

O CNG avaliou detidamente os informes das assembleias das seções sindicais. Das 37 IFES em greve, 28 realizaram assembleias nesta semana e mantiveram a greve. Além destas, uma (ADCEFET-RJ) delibrou pela saída da greve; outras três (ADUFOP, ADUFPPI e ADUFPB) apontaram para a continuidade da greve, sinalizando para as dificuldades de sua manutenção. Outras não realizaram assembleias. O debate sobre a continuidade ou não da greve está sendo feito e tende a ser intensificado na semana que se inicia. Nele estão envolvidos dois aspectos centrais que se relacionam entre si: os horizontes das negociações e a disposição de mobilização dos professores e são elementos a serem considerados na avaliação do momento da greve e de suas perspectivas.

O CNG, respaldado pela maioria das assembleias, reafirma a continuidade da greve e mantém suas atividades concentradas na obtenção da reabertura de negociações. Isto significa que a luta continua e exige a unidade e prontidão do Movimento Docente no sentido de dar concretude ao nosso propósito.

O momento requer firmeza. Por isso, a greve dos docentes das IFES se mantém. As dificuldades estão postas, mas não são suficientes para demover o movimento de seus princípios e reivindicações, no sentido da obtenção de mais recursos para cobrir a nossa pauta.

Dessa forma, revela-se como fator importante, a expressiva adesão dos parlamentares ao manifesto proposto pelo CNG, visando dissuadir a posição intransigente do governo e reabrir as negociações. Acreditamos que isso não passará despercebido pela Casa Civil que deverá nos responder sobre o encaminhamento dado ao nosso pedido de audiência com a Presidência da República.

A GREVE CONTINUA!

**PELA UNIDADE DO MOVIMENTO,
EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO
DO TRABALHO DOCENTE E
DO CONJUNTO DA CATEGORIA!**

Texto retirado do Comunicado nº 42 do CNG, de 05/12/2005

Boletim **GREVE**

Nº 10
Dezembro
de 2005

UFPB - João Pessoa/Paraíba, 14 de Dezembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

Informações técnicas sobre o trâmite do PL

Como já foi informado, o PL não foi protocolado em regime de "urgência, urgentíssima", o que não assegura votação em caráter de urgência, embora esta condição possa vir a ser atribuída ao PL por acordo do Colégio de Líderes.

Neste sentido, é preciso esclarecer que o pedido de "urgência, urgentíssima", quando proveniente do Executivo (baseado no artigo 64 da CF/88), se não apreciado dentro do prazo estabelecido, não perde eficácia, porém tranca a pauta de votações.

Quando esta condição de "urgência" for resultado de acordo entre Líderes (urgência denominada política), isso implica que o projeto em questão não precisa passar pelas Comissões, antes de ir para votação em Plenário, podendo, portanto, ser apreciada imediatamente. Desta forma, embora não tenha o poder de trancar a pauta, não perde a eficácia.

O prazo para a tramitação nas Comissões é de 40 sessões. No caso do PL em questão, as Comissões envolvidas são: Educação, Trabalho, Finanças e Justiça.

Ao tramitar na condição de "urgência", o prazo para votação é, a princípio, de apenas 05 (cinco) sessões, independente do assunto em pauta, o que não nos permite avaliar qual o prazo exato, já que há dias em que há mais de uma sessão. Ademais, o governo já declarou que, se encontrar dificuldades para obter um acordo de lideranças em torno de seu PL, editará uma Medida Provisória (MP) em janeiro de 2006.

A MP tem por característica a vigência imediata e o prazo inicial de 45 dias para votação. Após esse prazo, não sendo apreciada pelos parlamentares, passa a trancar a pauta. Pode ser reeditada pelo prazo de 60 dias, tendo como limite 120 dias.

Desta forma, dada à natureza do PL (não protocolado em caráter de urgência, e sim nos termos do art. 61 da CF/88), tramita em regime de poder conclusivo, o que implica na sua ida imediata para as Comissões, momento em que as emendas (em caso de interesse) podem ser feitas.

Nestas condições, após a sua aprovação pelas Comissões e publicada na Ordem do Dia da Câmara de Deputados (Item Aviso) há o prazo regimental de cinco (5) sessões normais da Câmara de Deputados, para eventuais recursos. A partir daí, vai direta-

mente para o Senado.

Quando da passagem pelas Comissões, ou mesmo é possível proceder às Emendas, que podem ser pontuais ou substitutiva. Essa exige o recolhimento de, no mínimo, 51 assinaturas de deputados.

A partir dessas informações preliminares, é salutar compreender as implicações de cada uma das possibilidades de ação junto aos parlamentares, conforme orientação da assessoria jurídica do ANDES-SN e do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Dr. Mozart Vianna de Paiva. A luta pela rejeição tem como consequência o retorno dos recursos aos cofres do Executivo; a luta pela obstrução representa tão somente o retardamento do processo, sem garantias de conquistas; a luta por emendas pontuais tem consequências políticas, na medida em que implica a aceitação do PL e a resignação em promover pequenas mudanças pontuais na lógica do Governo.

A alternativa de apresentar um substitutivo global está condicionada aos recursos impostos pelo governo, o que significa dizer que a margem de manobra para a redistribuição do montante, de acordo com a nossa lógica, está seriamente comprometida pelo impedimento constitucional de aumento de despesas por parte do Legislativo, argumento que poderá ser utilizado pelo Executivo. Da mesma forma, sobre a possibilidade de inclusão de professores de 1º e 2º grau (excluídos pelo governo) no PL, não há consenso: segundo a Assessoria Jurídica do ANDES-SN e assessores parlamentares dos deputados. Babá e Luciana Genro, não pode haver mudança no caput do PL, no que diz respeito àqueles abrangidos pelo mesmo. Embora, como ambas assessorias ressaltaram, a particularidade do ANDES-SN, que tem como base professores de 1º e 2º grau e de 3º grau, pode representar uma brecha legal. Já de acordo com o Secretário-Geral da Mesa da Câmara, não há impedimentos para a integração de outros sujeitos ao caput do PL. A questão central, contudo, é que qualquer Emenda não poderá implicar em nenhum aumento de recursos, o que, na verdade, nos aponta os limites de ação junto aos parlamentares, dada à lógica da nossa pauta.

Brasília/DF, 12 de dezembro de 2005
CNG/ANDES-SN

Escárnio é a impostura intelectual de Ioschpe

Roberto Leher

Professor da Faculdade de Educação da UFRJ

Ao ler o texto de opinião "Greve nas universidades federais é escárnio" do cientista político Gustavo Ioschpe (O Globo, Opinião, p.7, 9/12/05), surpreendi-me com a coleção de informações primariamente incorretas, com as ilações desprovidas de contextualização histórica e com a arrogância dos juízos definitivos e peremptórios. Certamente, os ensinamentos seculares de Newton e Galileu sobre a formação do pensamento científico baseado no método e a necessidade do exercício da dúvida não foram considerados pelo cientista político. É a dúvida que leva o pesquisador a conferir as suas fontes, a checar a validade de suas premissas, pois, como todo jovem cientista sabe, se partir de dados errados certamente as suas conclusões serão incorretas.

Ao concluir a leitura, além da indignação, preocupou-me que o fato de que o autor, se docente ou formado por uma instituição pública, com suas impropriedades, poderia estar corroborando a sua afirmação de que as universidades públicas não primam pela excelência e pelo rigor. Procurei o currículo do autor no mais importante banco de currículos dos pesquisadores brasileiros, o Lattes / CNPq, mas o resultado foi frustrante: inexistente! Assim, fica a dúvida.

O referido artigo sustenta a sua argumentação em três pilares: (1) o crescimento da produção científica nas instituições públicas em si mesmo não diz muito pois somente pode ser avaliado em relação aos indicadores internacionais; (2) por inépcia, as Federais, que respondiam por 47% da matrícula universitária em 1980 (o autor aqui confunde os indicadores das Federais com o do conjunto das Públicas - estaduais e federais), reduziram este percentual para 23% em 2003, e (3) a afirmação de que nossas universidades federais foram "sucateadas" não procede, visto que os gastos com as Federais entre 1995 a 1998 tiveram um aumento real de 7,7%, seguido de novo aumento real de 18,1% entre 1998 e 2001, e entre 2001 e 2005 o gasto com a folha de pagamento das Federais passou de R\$ 8,8 bilhões para 10,7 bilhões em termos reais. Inicialmente examinarei as suas premissas referentes aos indicadores de matrícula e financiamento e, na seqüência, analisarei as suas considerações sobre os indicadores internacionais. Vejamos as imposturas do autor.

Entre 1974 e 2002, as matrículas das Federais cresceram 160% e as das Privadas 310%, no período 1989-2002, as matrículas das Federais cresceram espantosos 60%, contudo, no mesmo período, os recursos, em valores corrigidos, caíram 20%. Somente no período 2000 a 2003 as Federais passaram de 483 mil para 568 mil estudantes de graduação, apesar da redução de recursos. Entretanto, o número de instituições Federais corresponde a 4,5% do total, enquanto as Particulares equivalem a 88,9% das instituições (em 1994 o setor detinha 74%). Assim, apesar do extraordinário e bem sucedido esforço para ampliação das vagas nas Federais, é uma afirmação acaciana constatar que, relativamente, o percentual de matrículas das privadas cresceu. É óbvio que, se o número das Federais permaneceu congelado e o de privadas cresceu vertiginosamente, o percentual relativo destas últimas teria de crescer. A afirmação é banal, mas não ingênua, pois o autor tenta imputar a redução relativa das matrículas das Federais a uma suposta ineficiência das Públicas.*

Em 1994, os gastos com as Federais correspondiam a 0,9% do PIB, em 1998, a 0,7% do PIB e em 2001, a 0,6% do PIB. O suposto aumento real não se confirma também em termos dos orçamentos praticados (valores corrigidos): 1998 - 10,8 bilhões; 2000 - 9,24 bilhões; 2001 - 8,74 bilhões; 2002 - 8,42 bilhões; 2003 - 7,23 bilhões; 2004 - 7,3 bilhões, e 2005** - 7,09 bilhões. Sustentar que os gastos com pessoal das Federais passaram de R\$ 8,8 bilhões em 2001 para 10,7 bilhões em 2005, se o orçamento

executado (que inclui a folha de pagamento e os outros custos de capital) até o início de dezembro foi de tão somente R\$ 7 bilhões é (aqui cabe o uso da palavra) um escárnio. O autor convenientemente ignora o fato de que a remuneração dos docentes ativos e aposentados se encontra dramaticamente depreciada, fato facilmente observado quando olhamos os números do orçamento decrescente dos últimos anos. E ainda, que entre 1995 e 2004, conforme levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, a verba de custeio caiu de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 834 milhões (49,5%), em valores corrigidos. Diante dessas inconsistências, cabe indagar qual será a fonte em que se baseou o autor para apresentar tão exóticos números. Onde o autor teria buscado os dados, preterindo os disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional? **

É um erro elementar fazer comparações entre sistemas de ensino desconsiderando a história, o grau de desenvolvimento e de autonomia das forças produtivas e, no caso, a própria história das universidades. O autor parece esquecer que a condição capitalista dependente do país não favorece o desenvolvimento das atividades científico-tecnológicas e, ainda mais, as de Pesquisa e Desenvolvimento e parece ignorar que as universidades brasileiras estão entre as mais jovens do mundo, todas são instituições do século XX, comparando-as com as de países que possuem universidades há mais de cinco séculos! O fato de o país ter poucos pesquisadores por milhão de habitantes não é responsabilidade das Federais, mas do modo subordinado de inserção do país na economia-mundo. As Federais, junto com as demais públicas estaduais, vêm ampliando quase que exponencialmente o número de pesquisadores, apesar do número reduzido de bolsas e do contingenciamento de mais de 60% das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O artigo ainda contém muitas outras impropriedades, como a afirmação de que a taxa de matrícula no ensino superior do país chega a 21% quando, conforme o INEP e o IBGE, não ultrapassa 11%; ou ainda a comparação entre a relação número de professores e servidores técnicos e administrativos por aluno das Públicas e das Privadas (quando estas últimas, no geral, não possuem pós-graduação, hospitais universitários e não possibilitam que os docentes tenham tempo para pesquisa).

Somente é possível encontrar o objetivo real do artigo no último parágrafo: a defesa da cobrança de mensalidades nas Públicas. Assim, o autor faz eco às recomendações do Banco Mundial e dos teóricos da área econômica do governo Federal que sustentam o fim da gratuidade. Inconformados com o fato de que os melhores estudantes optam pelas Públicas, reconhecidamente mais qualificadas do que as Privadas, os lobistas das particulares querem o fim da gratuidade para poder competir em melhores condições com as Públicas. Ademais, em um contexto de luta nas Federais, o cientista social se propõe a sustentar os falsos argumentos utilizados pela mídia e pelo governo para "reformular" a universidade vis-à-vis ao mercado. O autor poderia ter sido mais franco em relação ao foco de sua argumentação, evitando assim o constrangimento de ter submetido os seus leitores a tamanha coleção de imposturas intelectuais.

NOTAS

* Séries históricas INEP, Censo do INEP, 2003 e PNAD IBGE, 2005.

** SIAFI. Valores deflacionados pelo IGP-DI (FGV).

*** SIAFI, valores pagos até 8 de dezembro (em www.contasabertas.com), acesso em 10/12/05.

Projeto de Lei enviado pelo MEC ao Congresso

Brasília, 6 de dezembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que altera a estrutura da Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

2. A proposta tem por objetivo reestruturar a carreira, propiciando maior oportunidade de desenvolvimento, bem como rever a estrutura remuneratória dos docentes do Magistério Superior, dando continuidade à política de melhoria salarial, com vistas à redução das distorções atualmente existentes no que se refere ao equilíbrio interno e externo das tabelas de remuneração do Poder Executivo Federal.

3. Para melhor compreensão da proposta de reestruturação ora apresentada, cabe registrar que a Carreira de Magistério Superior, criada pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, possui peculiaridades em relação a maioria dos cargos e carreiras da Administração Pública Federal, especialmente quanto aos critérios de ingresso, que pode ocorrer no nível inicial de qualquer classe, exigindo-se, entretanto, diferentes requisitos de escolaridade: diploma de graduação em curso superior, para ingresso na classe de Professor Auxiliar; grau de Mestre, para a classe de Professor Assistente; e título de Doutor ou de Livre-Docente, para a classe de Professor Adjunto. O ingresso na classe de Professor Titular ocorre, unicamente, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, para o qual são exigidos requisitos especificados na referida norma.

4. Para o servidor, a progressão funcional de uma classe para outra, com exceção da classe de Professor Titular, se dá sem interstício, por titulação, ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obteve a titulação necessária, mas encontra-se, no mínimo, há dois anos, no último nível da classe ou há quatro anos em atividade em órgão público.

5. Neste contexto, está sendo proposta a criação da Classe de Professor Associado, cujo acesso dar-se-á exclusivamente por progressão funcional, mediante avaliação de desempenho acadêmico de servidor que esteja há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto, possua o título de Doutor e atenda aos demais requisitos a serem estabelecidos em regulamento, propiciando, assim, maior perspectiva de desenvolvimento ao longo da carreira. PL.doc, 07/12/yy

6. Quanto aos aspectos remuneratórios propriamente ditos, a proposta prevê:

a) aumento de 50% (cinquenta por cento) do percentual de acréscimo ao vencimento básico quanto à titulação de que trata a Lei nº 8.243, de 14 de outubro de 1991, passando a 75% no caso de o Professor possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente, 37,5%

no de grau de Mestre, 18% no de certificado de especialização e 7,5% no de certificado de aperfeiçoamento, a partir de 1º de janeiro de 2006;

b) progressão para o nível 1 da nova classe de "professor associado" do professor adjunto que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos em lei e aos demais requisitos estabelecidos em regulamento, a partir de 1º de maio de 2006;

c) aumento de 5% no vencimento básico do Professor Titular, a partir de 1º de maio de 2006;

d) reajuste dos valores atribuídos aos pontos relativos à Gratificação de Estímulo à Docência, instituída pela Lei nº 9.678, de 03 de julho de 1998, a partir de 1º de julho de 2006; e

e) alteração do número de pontos atribuídos ao professor aposentado referente à Gratificação de Estímulo à Docência, instituída pela Lei nº 9.678, de 1998, que passa a ser de 115 pontos, a partir de 1º de julho de 2006.

7. A implantação das medidas propostas alcança em seus efeitos 75.239 professores da carreira de Magistério Superior ativos, aposentados e beneficiários de pensão. O acréscimo de despesa anual decorrente da implementação dessa medida, que será efetuada de maneira gradual, em quatro etapas, a partir de 1º de janeiro de 2006, é da ordem de R\$ 646.719.229,00 (seiscentos e quarenta e seis milhões, setecentos e dezenove mil, duzentos e vinte e nove reais), naquele exercício, e de R\$ 770.345.460,00 (setecentos e setenta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais), em cada um dos dois exercícios subsequentes.

8. Quanto ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 contempla reserva alocada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinada ao reajuste da remuneração dos servidores públicos federais, suficiente para suportar as despesas previstas.

9. Nos exercícios de 2007 e 2008, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, mostram-se compatíveis com o aumento de receita resultante do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a presente proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Boletim **GREVE**

Nº 11
Dezembro
de 2005UFPB - João Pessoa/Paraíba, 14 de Dezembro de 2005 - Novo E-mail: adufpb@terra.com.br - Nova Homepage: www.adufpb.org.br

A intransigência do governo se materializa no envio do PL

Passados mais de 100 dias de greve, os docentes das IFES receberam mais uma resposta unilateral às suas diversas tentativas de diálogo e negociação com o governo: o PL, protocolado no Congresso Nacional com o No 6.368, contendo a mesma proposta, sucessivamente rejeitada pelas assembléias de docentes em todo o país, com o agravante de datas escalonadas. O projeto de lei foi anunciado pelo MEC em 16/11, depois do rompimento das negociações pelo governo em 10/11, e foi protocolado no Congresso apenas no dia 09/12.

A opção do governo pela via autoritária, encerrando unilateralmente as negociações com o movimento docente e encaminhando para o Legislativo a responsabilidade pela resolução do impasse, por ele criado, demonstra sua firme determinação em impor sua política, ao mesmo tempo em que fica claro que a opção por esta via (de altos custos políticos) somente foi feita em razão da resistência daqueles que a ela se contrapõem. Frente à determinação da categoria de rejeitar a lógica conceitual embutida em sua proposta, o governo optou pela imposição de um PL cujo conteúdo responde ao essencial da sua política para a educação. A rigor, como veremos, mais do que uma luta econômica, a greve expõe, claramente, a confrontação de dois projetos distintos de educação pública e de sociedade.

Ao longo da greve, o governo utilizou-se de todos os recursos a seu alcance para impedir qualquer forma de recomposição salarial. Primeiramente, apostando na inexistência de disposição da categoria para a greve, limitou-se a reiterar sua "proposta" de "reajuste" de 0,1%, em 2005,

que jamais foi implementada. Em segundo lugar, avaliou que, deflagrada a greve, o Movimento Docente não conseguiria ampliá-la ou mantê-la por muito tempo. Forçado pelo movimento a receber o CNG/ANDES-SN, somente o fez 35 dias após o início da greve. Desde então apresentou sempre a mesma proposta, descumpriu os prazos por ele mesmo anunciados, e abusou dos mecanismos da contra-informação e do divisionismo sindical, acreditando que tudo isso seria suficiente para esvaziar a greve e fazer esmorecer a disposição de luta da categoria. Mas o crescimento e a força da greve, a unidade da categoria em torno de nossa pauta histórica de reivindicações e a firmeza que ela demonstrou na rejeição à lógica da proposta do governo, o levou a sucessivos recuos, obrigando-o, não somente, a reconhecer a greve, mas a aumentar, mais de uma vez, os recursos orçamentários destinados aos docentes das IFES.

A greve tem sido capaz de conferir visibilidade à indignação e insatisfação dos docentes das IFES e, se não tem conseguido fazer o governo recuar de sua posição intransigente quanto a implementação de sua lógica, levando-o a uma proposta de recomposição salarial que, em termos do montante orçamentário, aproximou-se dos valores que seriam necessários para atender a contra-proposta apresentada pelos docentes. No entanto, o governo não se afastou de sua lógica e materializou sua proposta através de projeto de lei que desrespeita os princípios da paridade e da isonomia, adia para 2006 qualquer perspectiva de reajuste salarial, não atende a nossa pauta e dilui, em três etapas: janeiro, maio e julho, a implementação de suas propostas.

DESVENDANDO A LÓGICA SUBJACENTE AO PL DO GOVERNO

Nossa pauta de reivindicações salariais, como a do conjunto do SPF, tem um horizonte: recuperação do valor aquisitivo de janeiro de 1995, último reajuste concedido antes dos 8 anos do governo FHC, em que não houve qualquer reposição salarial e em nosso caso, a partir de 1998, o governo passou a fazer reajustes diferenciados em gratificações, dentro da lógica da reforma do Estado (a introdução da GED e diferenciação entre 1º e 2º graus e 3º grau); o fim de todas as gratificações, com suas devidas incorporações ao vencimento básico; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; e uma carreira única e isonômica para todos os professores das IFES, sem qualquer distinção.

Ainda que se tenham embates em torno de montantes orçamentários, aspecto em que o próprio governo recuou por duas vezes, a dificuldade de se chegar a um acordo nesta greve deve-se centralmente ao enfrentamento de lógicas diferentes, com o governo determi-

nado a dar curso às reformas da educação, ação que se combina com toda a reforma de Estado e a política econômica.

O governo assumiu que sua política salarial priorizaria resolver as disparidades existentes no serviço público e afirmou isso na Mesa Nacional de Negociações Permanentes (MNNP) em abril de 2004. Para isso, anunciou que as negociações salariais dar-se-iam em separado no âmbito de cada ministério e assim o fez naquele ano. Cabe observar, entretanto, que as negociações com o ANDES-SN foram rompidas com a apresentação de uma Medida Provisória.

Em 2005, as negociações continuaram no âmbito de cada ministério, mas o governo foi além, ao negar qualquer reajuste para esse ano. A correção das distorções existentes é preocupação central da bancada sindi-

Continua na página 2

cal e, dentro dela, do ANDES-SN. Elas existem no interior de cada categoria e entre categorias. No entanto, ao separar e dividir os processos de negociação, o governo guardou para si o juízo sobre o que sejam distorções e como trabalhar para reduzi-las. Ficou claro que não há consenso entre a compreensão das entidades sindicais e a do governo sobre as distorções. Por exemplo, para os docentes a discriminação remuneratória entre as duas carreiras de professores (1º e 2º graus e 3º grau) significa distorção, enquanto para o governo é a isonomia que representa distorção.

No processo das negociações de 2005 o governo admitiu que a GED deveria ser extinta, não porque seja contra a remuneração por produtividade, mas porque "a GED não cumpria mais a sua função", já que a avassaladora maioria dos docentes a recebe integralmente.

Na lógica do governo, sempre sob o argumento de correção das distorções, um reajuste igual para todos é injusto e, por isso, ele não concede reajuste linear. Com isso, o governo busca resolver as distorções, segundo seu entendimento, impedindo assim a recomposição salarial do conjunto da categoria; para ele as distorções devem ser resolvidas pela redistribuição de uma mesma massa de recursos da folha de pagamento. Some-se a isto a não concessão de reajuste em 2005, o que significa que o servidor pagará, com o reajuste que deixou de ter, parte do reajuste do ano seguinte.

Com a diluição do reajuste previsto no PL o governo não mais uma vez demonstra a sua incapacidade de manter as declarações que fez na Mesa de Negociações e através de coletiva à imprensa.

A exclusão do ANDES-SN das negociações relativas aos professores de 1º e 2º graus, ocorrida em 2004 e repetida em 2005, é expressão da política contrária à isonomia, à paridade e à correção de distorções, tratando-se de ato autoritário sem precedentes, pois não cabe ao governo decidir sobre representação sindical. O resultado é revelador. Para o 3º grau, aumenta-se a titulação e rejeita-se o reajuste linear; para o 1º e 2º graus concede-se reajuste linear e não se aumenta a titulação. Para o 3º grau aumenta-se a GED e não se completa a paridade; para o 1º e 2º graus não se aumenta a GEAD e a equiparação entre as duas gratificações fica cada vez mais difícil. Como se não bastasse, o que o governo já concedeu aos docentes de 1º e 2º graus no acordo assinado com o SINASEFE (reajuste no salário-base e, no ano passado, a substituição da GID pela GEAD com o conseqüente restabelecimento da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas), ele mesmo insiste em negar aos docentes de ensino superior. Isso é expressão da política de fragmentação imposta pelo governo.

Repetidas vezes ao longo de sua gestão o governo tem buscado acabar com as greves dos servidores com termos de acordo que ele mesmo modifica, posteriormente, no momento de proceder a sua transformação em instrumento legal. Mesmo sem ter chegado a um acordo, como no caso de nossa greve, o governo adiou o quanto pôde a edição do PL na expectativa de que a greve perdesse força. Os docentes persistiram na greve e hoje têm conhecimento do conteúdo do PL, versão piorada, quanto aos prazos, da proposta rejeitada pelas assembleias. Pelo termo de acordo assinado pelo MEC e pelo SINASEFE, quanto ao 1º e 2º graus, não se sabe ainda de quanto e quando será o reajuste. Se mantida a proposta dos 12%, como anunciado, teremos a seguinte situação: maiores índices de reajustes para doutores em relação às demais titulações para os professores da carreira do 3º grau e o inverso na carreira de 1º e 2º graus, observados para todas as classes e níveis.

A grande diferença entre as remunerações da carreira de 1º e 2º graus e da carreira do magistério do ensino superior foi introduzida com a GED, em 1998. A partir daí, a luta pela isonomia ganhou centralidade nas pautas do Sindicato e, em 1999, resultou na GID, mas ainda em valores inferiores aos da GED. Com a greve de 2001, conquistou-se a equiparação dos valores das duas gratificações. Porém, as negociações em separado, em 2004 e em 2005, resultaram na tendência de ampliação das diferenças. Tomando-se a comparação entre a remuneração de um professor da carreira de 1º e 2º graus, no nível 4 da Classe E, e de um professor Adjunto 4, ambos com doutorado, tem-se o seguinte: em dezembro de 2002 a diferença era de R\$ 148,86 em favor do Adjunto 4. Atualmente a diferença é de R\$ 518,91 e, de acordo com o conteúdo do PL e do Acordo firmado entre MEC e SINASEFE, a diferença será de R\$ 680,04.

As diferenciações para outras classes e titulações, ainda que com valores diferentes, segue a mesma tendência, o que significa que o aprofundamento das distorções implicará em maiores dificuldades para as negociações futuras, em torno da carreira docente.

Na medida em que a política para a educação constitui um dos pontos do projeto do governo que, claramente, fez a opção pela geração de superávits primários em detrimento dos investimentos sociais, temos a seguinte realidade: dos R\$ 8,8 bilhões previstos para investimentos no Orçamento de 2005 que estão sendo desviados para a formação do superávit primário (56% do total de investimentos previstos para esse ano), mais de R\$ 400 milhões dos investimentos a serem feitos pelo MEC foram mais uma vez desviados para a remuneração do capital financeiro, atendendo aos ditames de uma política econômica que pratica os juros reais mais elevados do mundo e produz recordes sucessivos na arrecadação tributária, na formação de superávit primário, no pagamento de serviços da dívida pública e nas taxas de lucros de grandes bancos e empresas. Embora a meta de superávit primário para 2005 fosse de 4,25% (a maior de toda a história), o governo está sacrificando mais de 5% do PIB para este fim (um recorde histórico) - o que nem assim é suficiente para pagar sequer metade dos serviços de uma dívida que, não obstante ser paga a cada dez anos, aproximadamente, não cessa de crescer, absorvendo cada vez mais os recursos do país e servindo para justificar a aplicação intermitente de uma política econômica recessiva que levou o Brasil à condição de país da América Latina que menos cresceu nesse ano.

Todas as campanhas salariais e greves dos servidores públicos e dos docentes das IFES desde o governo de Collor de Melo vêm se confrontando com as políticas neoliberais e com a reforma do Estado que elas buscam promover, cujos objetivos e resultados centrais são:

1) impor o arrocho salarial permanente aos servidores públicos, cujo peso nas contas da União deve diminuir e tem diminuído na mesma medida em que aumentam os gastos com a dívida pública, que já compromete a essa altura cerca de 40% dos recursos públicos. Trata-se de uma política clara de transferência da riqueza socialmente produzida e dos recursos públicos para as contas das cerca de 8.000 pessoas físicas e jurídicas que são detentoras dos

Continua na página 3

títulos da dívida pública - política que se aprofunda incessantemente num cenário de transferência sistemática de renda do trabalho para o capital, em que o poder aquisitivo da classe trabalhadora caiu cerca de 30% desde 1997 e cerca de 50% desde 1985.

2) conceder reajustes diferenciados nos vencimentos dos servidores apenas pela via das gratificações, a fim de quebrar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, condenando os aposentados a condição de cidadãos de segunda categoria, aprofundando os ditames perseguidos pela reforma da previdência e pelo arrocho fiscal e forçando o pessoal da ativa que ainda pode fazê-lo a investir na previdência privada, alimentando também por essa via a remuneração do capital financeiro. Com essa política, o governo investe ao mesmo tempo na cooptação e corrupção das organizações de classe do mundo do trabalho pela via da implementação cada vez mais acelerada do sindicalismo de fundos de pensão, que já movimenta mais de R\$ 240 bilhões de reais e agora aparece como uma das fontes de recursos do "mensalão";

3) forçar os docentes e a universidade pública, pela ausência de investimento público suficiente, a investirem na comercialização de suas atividades, na mesma medida em que continua a se promover com recursos públicos a expansão das empresas privadas de ensino superior. Das IFES espera-se que aprofundem e acelerem o processo de mercantilização da educação e do conhecimento. Dos professores, espera-se a concordância e a subordinação a esse processo com a ampliação da competição e do individualismo fratricida. Nesta lógica não deve haver luta reivindicativa coletiva e os sindicatos passam a ser alvos de sistemáticos ataques - ainda que a atual greve nas IFES, como tantas outras realizadas em instituições públicas, demonstre mais uma vez a ampla e sólida resistência da universidade às mudanças introduzidas nas funções sociais da educação pública. Nesse quadro, é preciso considerar ainda, além do arrocho salarial e dos cortes de financiamento público para pesquisas, que nos últimos dez anos o financiamento da universidade pública teve uma queda de 50%.

Nesse cenário tem avançado, sem qualquer regulação, as mais diversas formas de privatização e mercantilização no seio da universidade pública. Para todos os efeitos, fica cada vez mais claro em que medida essas políticas preparam o terreno para a progressiva transformação da universidade numa organização prestadora de serviços, cuja sustentação financeira passa a depender, cada vez mais, de sua capacidade de converter-se num balcão de negócios. Dessa forma, a greve tem sido sempre o único instrumento de que dispõem os servidores para assegurar seu direito constitucionalmente previsto à reposição salarial anual capaz de repor as perdas inflacionárias.

Relativamente aos governos anteriores, experimentamos o agravamento e a inovação nos métodos e técnicas de ataque aos movimentos sociais e sindicais. A cada momento deparamo-nos com fatos que não podem ser tratados como fenômenos isolados, pois pertencem ao mesmo processo. A promoção do Proffes à condição de representante sindical da base do ANDES-SN pelo MEC e pela CUT (o braço sindical do governo Lula) expressa toda uma lógica arbitrária de intervenção do Estado sobre os movi-

mentos, que a rigor não se dissocia de fatos como a repressão policial nos campi universitários e os processos judiciais ameaçando direções, seções sindicais e docentes.

Vivemos no contexto de um governo que traiu os compromissos, a confiança e as expectativas de todos os que ao longo de décadas lutaram por um país socialmente mais justo e democrático, optou por alinhar-se com as forças mais reacionárias da sociedade brasileira e formou uma imensa rede de corrupção para viabilizar seu projeto de poder. A perplexidade e o desalento produzidos por essas circunstâncias abriram espaço, nestes últimos tempos, para o avanço da truculência e da violência persecutória e assassina contra militantes e lideranças da classe trabalhadora e para a criminalização dos movimentos sociais (vide o relatório contra a reforma agrária que classifica como crime hediondo a ocupação de terras).

Contudo, cada passo do governo Lula na implementação de seu projeto de governo e de poder produz também a reação daqueles que não se rendem à lógica da barbárie neoliberal e usam o instrumento da luta organizada para enfrentar os seguidos ataques contra a classe trabalhadora. Por tudo isso o governo Lula tem de se defrontar com o crescente nível de insatisfação e desencanto e se vê desmascarado em sua verdadeira natureza a cada ação unificada dos trabalhadores e dos setores populares contra as suas políticas.

Nossa greve se destacou no cenário político justamente pelo caráter do enfrentamento que se tornou evidente para a sociedade. Nem o MEC nem seus aliados questionaram a justeza da luta dos docentes pela reposição salarial e pela abertura de concursos públicos. As mentiras do MEC acerca da falta de recursos ficaram evidentes a cada novo montante apresentado pelo próprio Ministério para viabilizar uma proposta compatível com sua lógica e contrária à nossa. A deliberada demora do MEC em receber o CNG e os sucessivos atrasos em todos os momentos de definição do processo de negociação só contribuíram para desmoralizá-lo publicamente, evidenciando seu desrespeito para com os professores das IFES.

Por outro lado, as assembléias gerais, ao rechaçarem várias vezes a proposta do MEC e repudiarem o Proffes, demonstraram que é possível se impor contra os ataques do governo e de seus aliados. O esgotamento do papel do Proffes contra a greve se evidenciou quando o MEC decidiu romper, unilateralmente, as negociações com o movimento grevista.

Não podemos deixar de ressaltar que a greve conseguiu interferir na conjuntura impondo desgastes ao governo e destacando-se na mídia mesmo nos momentos em que a crise política parecia apontar para uma centralização exclusiva do debate público em torno dos escândalos de corrupção. Antes de nossa greve não tínhamos absolutamente nada no horizonte, nem para 2005 nem para 2006; foi através de sua força que impusemos sucessivos recuos ao governo e conseguimos arrancar os recursos ora disponibilizados; sem ela, não teríamos conseguido pautar a discussão da valorização do trabalho docente e da defesa da universidade pública para o conjunto da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, evidenciar o descaso do governo Lula para com a educação pública.

Continua na página 4

O momento da greve e seus rumos

A realidade da greve nas IFES tem sido alterada a partir de ataques do governo, quando negocia em separado com o SINASEFE, que assinou acordo para os docentes de 1º e 2º graus e retomando as atividades em 1º de dezembro; quando divulga informações na imprensa, apresentando datas de reinício das atividades docentes; quando conta com medidas judiciais impetradas contra IFES, entidades sindicais e docentes; quando a orientação apresentada pela ANDIFES é executada por alguns reitores, conclamando os docentes a sair da greve, favorecendo assim os propósitos do governo. Ações que têm a clara intenção de quebrar o movimento, promover a campanha de ataque à autonomia da representação sindical dos docentes das IFES da base do ANDES-SN e apontar para o reconhecimento de entidades de carimbo, controladas pelo governo.

Esse momento é de avaliação de nossas forças, de nossas perspectivas e da conjuntura política. É preciso avaliar nossa greve, considerando suas possibilidades concretas de ganhos, ampliação de conquistas e seus pontos de estrangulamento, na perspectiva de manter a unidade da categoria e a força de sua representação sindical para as lutas que ainda virão.

Encontramo-nos em um momento delicado de nossa greve, pois em resposta ao encaminhamento do CNG para as bases sobre rumo a se tomar face à conjuntura colheu-se o seguinte quadro: ADUNIFESP saiu imediatamente da greve; ADCEFET-RJ e APES-JF deliberaram pela saída da greve a partir do dia 12/12/2005; ADUNIR e SESDUF-RR deliberaram pela saída da greve em 14/12/2005; ADUFPEL indicou a suspensão da greve a partir de 14/12/2005; APU-

FSC indicou a saída unificada da greve para o dia 19/12/2005; ADUFPB indicou a saída unificada da greve sem data; ADUFPI indicou a continuidade da greve até a apresentação do PL com reavaliação da continuidade ou não da greve após esta avaliação; ADUFAC, ADUFLA, APRUMA, SINDUFAP, ADFCAP, ADUC e SINDEFOA não informaram a sua posição ao CNG/ANDES-SN; enquanto que ADUFPA, ADUFMAT, ASPUV, SESDUFT, SINDCEFET-MG, ADUFF, ADOURADOS, SEDUFSM, ADUNB, ADUFU, ADUFOP, SINDCEFETGO, ADUFEPE, ADUFAL, ADUA, SINDCEFET-OP, ADUR, ADUFS, ADUFCG, ADUFCG-Patos e ADUFMAT-ROO indicaram a continuidade da greve.

Interessa registrar aqui, que algumas seções sindicais indicaram a manutenção da greve, mas reconheceram a dificuldade para mantê-la por muito tempo a partir do anúncio pelo governo do envio de um Projeto de Lei para o Congresso, o que de fato ocorreu no dia 09/12/2005.

De outro lado, há que se considerar o protocolo do PL na Câmara dos Deputados e as dificuldades que se apresentam quanto a um embate prolongado no Congresso, em que a correlação de forças não nos favorece.

Neste quadro, avaliar a correlação de forças e os obstáculos institucionais que se apresentam é fundamental para as decisões soberanas das AGs que indicarão o rumo da nossa greve.

Face ao exposto, o CNG/ANDES-SN entende que é preciso que o Movimento Docente pondere sobre a correlação de forças e as perspectivas de avanço do Movimento, nessa atual conjuntura nas Assembléias Gerais, na próxima semana, para avaliar a pertinência ou não da continuidade da nossa greve.

Nota de esclarecimento do CNG

Por falha na elaboração do Comunicado n° 43, não foi registrado o processo integral de deliberações do CNG sobre os indicativos de continuidade da greve e da saída unificada, o que passamos a fazer a seguir:

1 - Na reunião do dia 09/12 (sexta-feira), foram apreciadas duas propostas de indicativo para as Assembléias Gerais

Proposta 1 - Saída unificada da greve - 07 votos

Proposta 2 - Discussão sobre a saída unificada da greve - 07 votos

2 - Data para o indicativo de saída unificada

14/12/05 - 01 voto

19/12/05 - 10 votos

03 abstenções

2005

Proposta do governo

Professores ativos e aposentados - SALÁRIO BÁSICO + GAE + 100% da GED +R\$59,87

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	1240,30	1405,70	1702,70	2195,90	2402,32	2762,88	3596,15	4670,85	3665,88	4209,04	5170,41	7338,77
Assoc1				1967,60				4156,35				6430,93
Adj 1	988,93	1107,20	1286,37	1670,60	1899,58	2165,89	2729,97	3581,07	2886,65	3283,70	4098,58	5549,51
Adj 2	1015,01	1138,16	1322,24	1716,24	1951,71	2227,79	2801,65	3672,30	2967,45	3379,65	4209,72	5690,91
Adj 3	1041,71	1169,87	1358,97	1762,97	2005,12	2291,21	2875,08	3765,75	3050,22	3477,95	4323,58	5835,77
Adj 4	1068,83	1202,08	1396,27	1810,42	2059,35	2355,61	2949,65	3860,67	3134,29	3577,78	4439,21	5982,89
Ass 1	878,40	975,95	1134,35		1678,51	1903,36	2425,98		2543,98	2876,78	3627,23	
Ass 2	898,11	999,35	1161,45		1717,90	1950,13	2480,15		2605,03	2949,28	3711,21	
Ass 3	918,99	1024,14	1190,17		1762,10	2002,62	2540,92		2673,54	3030,64	3805,45	
Ass4	941,53	1050,91	1221,18		1804,74	2053,25	2599,55		2739,63	3109,12	3896,36	
Aux 1	792,50	873,94			1506,70	1699,33			2277,67	2560,55		
Aux 2	808,20	892,58			1538,08	1736,60			2326,32	2618,31		
Aux 3	824,69	912,16			1571,07	1775,78			2377,46	2679,04		
Aux 4	842,24	933,00			1606,17	1817,46			2431,86	2743,64		

SALÁRIO BÁSICO ATUAL+ GAE + GED (Lei 9678/98 e MP 208/04) + vantagem pecuniaria(R\$59,87)

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	1152,05	1273,17	1537,10	1943,14	2228,86	2496,31	3253,76	4165,26	3401,15	3801,14	4656,13	6555,10
Assoc1				1654,44				3398,99				5471,74
Adj 1	930,69	1024,14	1193,19	1525,70	1786,18	1998,30	2533,81	3175,31	2715,01	3029,22	3798,44	5100,28
Adj 2	956,77	1053,48	1225,79	1564,81	1838,31	2056,94	2598,98	3248,29	2795,81	3120,13	3899,44	5221,48
Adj 3	983,47	1083,52	1259,17	1604,87	1891,72	2117,02	2665,73	3323,06	2878,58	3213,25	4002,91	5345,64
Adj 4	1010,59	1114,03	1293,07	1645,54	1945,95	2178,04	2733,53	3398,99	2962,65	3307,82	4108,00	5471,74
Ass 1	820,16	899,80	1055,04		1565,11	1749,59	2257,47		2372,34	2643,72	3370,10	
Ass 2	839,87	921,97	1079,67		1604,50	1793,90	2306,70		2433,39	2712,41	3446,42	
Ass 3	860,75	945,46	1105,77		1648,70	1843,62	2361,95		2501,90	2789,48	3532,06	
Ass4	883,29	970,82	1133,95		1691,34	1891,59	2415,25		2567,99	2863,83	3614,67	
Aux 1	734,26	803,16			1393,30	1556,30			2106,03	2344,13		
Aux 2	749,96	820,82			1424,68	1591,61			2154,68	2398,85		
Aux 3	766,45	839,37			1457,67	1628,72			2205,82	2456,38		
Aux 4	784,00	859,11			1492,77	1668,21			2260,22	2517,59		

Ganhos em reais

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	88,25	132,53	165,60	252,76	173,46	266,57	342,40	505,60	264,73	407,90	514,29	783,67
Assoc1				313,16				757,37				959,19
Adj 1	58,24	83,06	93,18	144,90	113,40	167,59	196,15	405,76	171,64	254,48	300,14	449,23
Adj 2	58,24	84,69	96,45	151,42	113,40	170,85	202,67	424,01	171,64	259,53	310,28	469,43
Adj 3	58,24	86,35	99,81	158,10	113,40	174,18	209,35	442,70	171,64	264,70	320,66	490,13
Adj 4	58,24	88,05	103,21	164,88	113,40	177,57	216,13	461,68	171,64	269,96	331,21	511,15
Ass 1	58,24	76,15	79,31		113,40	153,77	168,52		171,64	233,06	257,13	
Ass 2	58,24	77,38	81,78		113,40	156,23	173,44		171,64	236,88	264,79	
Ass 3	58,24	78,68	84,40		113,40	158,99	178,97		171,64	241,16	273,39	
Ass4	58,24	80,09	87,23		113,40	161,66	184,30		171,64	245,29	281,69	
Aux 1	58,24	70,78			113,40	143,03			171,64	216,42		
Aux 2	58,24	71,76			113,40	144,99			171,64	219,46		
Aux 3	58,24	72,79			113,40	147,06			171,64	222,65		
Aux 4	58,24	73,89			113,40	149,25			171,64	226,05		

Ganhos percentuais

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	7,66	10,41	10,77	13,01	7,78	10,68	10,52	12,14	7,78	10,73	11,05	11,96
Assoc1				18,93				22,28				17,53
Adj 1	6,26	8,11	7,81	9,50	6,35	8,39	7,74	12,78	6,32	8,40	7,90	8,81
Adj 2	6,09	8,04	7,87	9,68	6,17	8,31	7,80	13,05	6,14	8,32	7,96	8,99
Adj 3	5,92	7,97	7,93	9,85	5,99	8,23	7,85	13,32	5,96	8,24	8,01	9,17
Adj 4	5,76	7,90	7,98	10,02	5,83	8,15	7,91	13,58	5,79	8,16	8,06	9,34
Ass 1	7,10	8,46	7,52		7,25	8,79	7,46		7,24	8,82	7,63	
Ass 2	6,93	8,39	7,57		7,07	8,71	7,52		7,05	8,73	7,68	
Ass 3	6,77	8,32	7,63		6,88	8,62	7,58		6,86	8,65	7,74	
Ass4	6,59	8,25	7,69		6,70	8,55	7,63		6,68	8,57	7,79	
Aux 1	7,93	8,81			8,14	9,19			8,15	9,23		
Aux 2	7,77	8,74			7,96	9,11			7,97	9,15		
Aux 3	7,60	8,67			7,78	9,03			7,78	9,06		
Aux 4	7,43	8,60			7,60	8,95			7,59	8,98		

2005

Proposta do CNG - Aumento de 18% no salário básico

Professores ativos e aposentados - SALÁRIO BÁSICO + GAE + 100% da GED + R\$59,87

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	1296,23	1435,37	1717,32	2159,41	2517,22	2820,71	3614,21	4597,79	3848,11	4303,96	5214,82	7225,53
Adj 1	1035,02	1141,51	1323,61	1682,19	1994,86	2233,06	2794,66	3467,46	3038,46	3393,10	4202,75	5585,45
Adj 2	1065,79	1176,13	1362,07	1728,35	2056,37	2302,26	2871,55	3553,58	3133,80	3500,37	4321,93	5728,47
Adj 3	1097,30	1211,58	1401,46	1775,61	2119,39	2373,16	2950,32	3641,80	3231,48	3610,25	4444,03	5874,98
Adj 4	1129,30	1247,58	1441,46	1823,61	2183,39	2445,15	3030,32	3731,40	3330,67	3721,85	4568,03	6023,78
Ass 1	904,60	994,79	1160,58		1733,99	1939,58	2468,57		2634,10	2938,21	3697,31	
Ass 2	927,85	1020,95	1189,65		1780,47	1991,87	2526,67		2706,15	3019,26	3787,37	
Ass 3	952,49	1048,67	1220,45		1832,62	2050,54	2591,86		2786,99	3110,20	3888,42	
Ass4	979,09	1078,59	1253,69		1882,94	2107,15	2654,76		2864,98	3197,94	3985,91	
Aux 1	803,23	880,75			1531,26	1711,50			2319,87	2584,69		
Aux 2	821,76	901,60			1568,29	1753,16			2377,26	2649,26		
Aux 3	841,21	923,48			1607,22	1796,96			2437,61	2717,15		
Aux 4	861,92	946,78			1648,64	1843,56			2501,81	2789,38		

SALÁRIO BÁSICO ATUAL+ GAE + GED (Lei 9678/98 e MP 208/04) + vantagem pecuniaria(R\$59,87)

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	1152,05	1273,17	1537,10	1943,14	2228,86	2496,31	3253,76	4165,26	3401,15	3801,14	4656,13	6555,10
Adj 1	930,69	1024,14	1193,19	1525,70	1786,18	1998,30	2533,81	3175,31	2715,01	3029,22	3798,44	5100,28
Adj 2	956,77	1053,48	1225,79	1564,81	1838,31	2056,94	2598,98	3248,29	2795,81	3120,13	3899,44	5221,48
Adj 3	983,47	1083,52	1259,17	1604,87	1891,72	2117,02	2665,73	3323,06	2878,58	3213,25	4002,91	5345,64
Adj 4	1010,59	1114,03	1293,07	1645,54	1945,95	2178,04	2733,53	3398,99	2962,65	3307,82	4108,00	5471,74
Ass 1	820,16	899,80	1055,04		1565,11	1749,59	2257,47		2372,34	2643,72	3370,10	
Ass 2	839,87	921,97	1079,67		1604,50	1793,90	2306,70		2433,39	2712,41	3446,42	
Ass 3	860,75	945,46	1105,77		1648,70	1843,62	2361,95		2501,90	2789,48	3532,06	
Ass4	883,29	970,82	1133,95		1691,34	1891,59	2415,25		2567,99	2863,83	3614,67	
Aux 1	734,26	803,16			1393,30	1556,30			2106,03	2344,13		
Aux 2	749,96	820,82			1424,68	1591,61			2154,68	2398,85		
Aux 3	766,45	839,37			1457,67	1628,72			2205,82	2456,38		
Aux 4	784,00	859,11			1492,77	1668,21			2260,22	2517,59		

Ganhos em reais

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	144,18	162,20	180,22	216,27	288,36	324,40	360,45	432,54	446,96	502,82	558,69	670,43
Adj 1	104,33	117,37	130,41	156,50	208,68	234,76	260,85	292,15	323,45	363,88	404,31	485,17
Adj 2	109,03	122,65	136,28	163,54	218,06	245,32	272,57	305,28	337,99	380,24	422,49	506,99
Adj 3	113,83	128,06	142,29	170,75	227,67	256,13	284,59	318,74	352,89	397,00	441,12	529,34
Adj 4	118,71	133,55	148,39	178,07	237,44	267,11	296,79	332,41	368,02	414,03	460,03	552,04
Ass 1	84,44	94,99	105,55		168,88	189,99	211,10		261,77	294,49	327,21	
Ass 2	87,98	98,98	109,98		175,97	197,97	219,97		272,76	306,85	340,95	
Ass 3	91,74	103,21	114,68		183,93	206,92	229,91		285,09	320,73	356,36	
Ass4	95,80	107,77	119,75		191,60	215,55	239,50		296,99	334,11	371,23	
Aux 1	68,97	77,60			137,96	155,20			213,83	240,56		
Aux 2	71,80	80,78			143,61	161,56			222,59	250,41		
Aux 3	74,77	84,11			149,54	168,24			231,79	260,77		
Aux 4	77,93	87,67			155,86	175,35			241,59	271,79		

Ganhos percentuais

	T 20				T-40				RE TIDE			
	Grad.	Espec.	Mest.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.	Grad.	Espec.	Mestr.	Dout.
Titul	12,51	12,74	11,72	11,13	12,94	13,00	11,08	10,38	13,14	13,23	12,00	10,23
Adj 1	11,21	11,46	10,93	10,26	11,68	11,75	10,29	9,20	11,91	12,01	10,64	9,51
Adj 2	11,40	11,64	11,12	10,45	11,86	11,93	10,49	9,40	12,09	12,19	10,83	9,71
Adj 3	11,57	11,82	11,30	10,64	12,04	12,10	10,68	9,59	12,26	12,36	11,02	9,90
Adj 4	11,75	11,99	11,48	10,82	12,20	12,26	10,86	9,78	12,42	12,52	11,20	10,09
Ass 1	10,30	10,56	10,00		10,79	10,86	9,35		11,03	11,14	9,71	
Ass 2	10,48	10,74	10,19		10,97	11,04	9,54		11,21	11,31	9,89	
Ass 3	10,66	10,92	10,37		11,16	11,22	9,73		11,39	11,50	10,09	
Ass4	10,85	11,10	10,56		11,33	11,40	9,92		11,56	11,67	10,27	
Aux 1	9,39	9,66			9,90	9,97			10,15	10,26		
Aux 2	9,57	9,84			10,08	10,15			10,33	10,44		
Aux 3	9,76	10,02			10,26	10,33			10,51	10,62		
Aux 4	9,94	10,20			10,44	10,51			10,69	10,80		